



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

29448 ✓

ARTHUR DA COSTA E SILVA

PRONUNCIAMENTOS
DO
PRESIDENTE

GTRP

1.º SEMESTRE

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
Nº.	DATA
8542	7.5.69

INTRODUÇÃO

Dentro dos mesmos propósitos de unidade do pensamento governamental, enunciados no volume «Os Pronunciamentos do Candidato», temos o prazer de apresentar as principais afirmações feitas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em seus discursos, durante o 1.º semestre de govêrno.

G. T. R. P.

ÍNDICE

	Págs.
AGRICULTURA	
1. A natureza proporcionou condições privilegiadas ao Paraná para a implantação de uma agricultura moderna e racional	1
AGROPECUÁRIA	
1. Disposição de começar um programa de renovação	2
2. Apoio às medidas que visem o aumento de sua produção; impulso à comercialização; transferência econômica para os centros consumidores	2
3. Assunto prioritário do Governo	3
AGROPECUÁRIA EM PUNTA DEL ESTE	
1. Medidas a serem recomendadas pelo Brasil	4
AJUDA TÉCNICA	
1. Em particular, a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica	6
ALFABETIZAÇÃO	
1. Seu financiamento. Prioridade que deve receber. Apêlo aos governos estaduais e municipais	7
2. Apêlo generalizado à cooperação. Necessidade da mobilização da opinião pública	7
3. Acima de tudo um imperativo da justiça social. Receptividade na Igreja Católica e nas Forças Armadas	8
ALIANÇA PARA O PROGRESSO	
1. Decisão dos E.U.A. de incentivá-la. A recente reforma da carta da OEA. Esperanças para o futuro	9
AMAZÔNIA	
1. Recebendo as atenções do Governo	10

	Págs.
AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS EXTERNOS	
1. Incluindo a obtenção de preços justos e estáveis	11
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO	
1. Vulto da contribuição para o Brasil. Parte destinada à energia elétrica	12
BOA ESPERANÇA	
1. Compromisso de continuar essa hidrelétrica	13
BRASILIA	
1. Sua consolidação como Capital e como fator de unidade nacional	14
CAFÉ	
1. Apesar da diversificação da agricultura paranaense, é o principal produto. Faz parte das preocupações fundamentais do Governo. A cafeicultura terá estímulo e apoio técnicos..	15
CÂMBIO MANUAL	
1. Freio à funesta especulação	16
CAMPANHAS NACIONAIS	
1. Em particular, educação, saúde, habitação e alimentação. Contarão com o auxílio das Forças Armadas, organizações religiosas e associações de classe. Visarão eliminar desníveis regionais	17
CAPACIDADE HIDRELÉTRICA DO BRASIL	
1. Ilha Solteira. O progresso durante o 1º Governo Revolucionário. Meta para os próximos 4 anos	18
CARTAS DA PRODUÇÃO E DO ABASTECIMENTO	
1. A elaboração das Cartas como finalidade da reunião dos Secretários de Agricultura de todo o País, em 15 de julho de 1967 — Brasília — Valorização ao trabalho do homem do campo	19
COINCIDENCIA DE PASSADOS DO BRASIL E JAPÃO	
1. De início de aprendizado internacional de imagens nas nações soberanas	20

	Págs.
COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA	
1. Os países da Europa Ocidental estão em nossa mira para a busca de capitais e mercados	21
COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA	
1. Definição. Herança lusa	22
COMUNISMO	
1. Não é movido por qualquer sentido humano; o que intenta é explorar a miséria politicamente	23
CONFIANÇA NO FUTURO	
1. Sem temor de ameaças de fora nem arreganhos de dentro..	24
CONJUNÇÃO DE ESFORÇOS	
1. Necessidade. Participação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais	25
CONSTITUIÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS	
1. Irmanando tôdas as classes e raças	26
CONSTRUÇÃO NAVAL	
1. 24 navios, totalizando cêrca de 300 mil toneladas. Retomada do desenvolvimento. Ocupação da nossa indústria especializada por 3 anos. Incentivo ao mercado interno	27
CONTRASTES DO PAÍS	
2. Indicação de alguns	29
CONTRIBUIÇÃO NIPÔNICA	
1. Iniciada em 1908. Estímulos à agricultura e indústria nacionais. Reconhecimento pelo esforço japonês e admiração pela cultura nipônica	30
COOPERAÇÃO GERAL	
1. O Governo pede apoio à Arena. Colaboração do Congresso. Disciplina das Fôrças Armadas e compreensão geral	31
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	
1. Como exigência da época em que vivemos. Tal necessidade mais flagrante na América Latina. Razões	32

	Págs.
CRESCIMENTO INDUSTRIAL	
1. Que no Brasil não corresponde ao aumento da produção agrícola	33
DEMOCRACIA	
1. Que não floresce na pobreza. O mais difícil não é estabelecer, senão mantê-la. Para conservá-la há que procurar todos os meios que promovem o progresso	34
DEMOCRACIA E PODER ECONÓMICO	
1. As grandes desigualdades desse poder são incompatíveis com o exercício da democracia. O fato político depende do econômico	35
DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO	
1. Exercício da democracia — Um postulado de meu governo. A continuidade da revolução com os mesmos objetivos embora podendo variar os métodos	36
DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL	
1. Desenvolvimento condicionante da segurança interna e paz internacional. Por outro lado a segurança depende de justiça social. Prioridade do Governo aos problemas do desenvolvimento	38
DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
1. Propósito do Governo de elevar a renda das populações rurais	39
2. Grande meta do Governo. Apêlo ao esforço conjunto dos brasileiros	39
3. Para todos e, igualmente, tarefa de todos. Apêlo generalizado em seu favor	40
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	
1. Nossa posição reafirmada em Punta del Este. Propósito de incorporar os benefícios do progresso	41

	Págs.
DIA MUNDIAL DE ALFABETIZAÇÃO	
1. Sua instituição pela UNESCO. Sentido da iniciativa. Número de analfabetos existentes no mundo	42
2. Significado especial para o Brasil. Ensejo para que o Govêrno se dirija à opinião pública nacional	42
DIREITO A EDUCAÇÃO	
1. Consagrado pela declaração universal dos direitos do homem (ONU — 1948); A alfabetização como forma essencial é imediata. Ensino profissional e superior. Livre participação na vida cultural	44
DIRETRIZES DO GOVÊRNO	
1. O problema administrativo é, hoje, um problema de execução. O Brasil possui vasta cópia de planos de ação	45
2. Definidas no programa estratégico	45
DUPLICAÇÃO DA TONELAGEM NAVAL	
1. Se mantidos os incentivos, será conseguida em 4 anos	46
EDUCAÇÃO	
1. O processo de desenvolvimento é processo educacional. Campanha contra o analfabetismo. Ampliação da rede	47
2. Minorada a questão dos excedentes do ensino superior. Plano nacional de alfabetização	48
EDUCAÇÃO E FATO ECONÔMICO	
1. Conotação existente. O analfabetismo como força criadora do subdesenvolvimento. Valor da alfabetização	49
ENERGIA NUCLEAR	
1. Programa de pesquisa. Utilização para fins pacíficos	50
2. Imposição de uma tecnologia moderna. Determinação para a elaboração de um programa, incluindo localização da 1ª usina	51
3. Política nacional que está em fase de elaboração formal, foi definida em suas linhas gerais na conferência do México e	

	Págs.
em Genebra. Monopólio estatal	51
4. Cooperação com as nações amigas. Comunhão com a energia hidrelétrica	52
5. Seu aproveitamento pacífico. Associação regional com êsse objetivo	52
ESPAÇO NACIONAL E TEMPO SOCIAL	
1. Vivemos num mesmo espaço, porém em outro tempo social	53
ESTUDANTES	
1. Sabe dos ressentimentos ainda existentes; mas conhece as virtudes dos jovens. Promessas	54
FIDELIDADE A HISTÓRIA	
1. A difícil tarefa de governar pressupõe êsse compromisso...	55
FINANCIAMENTO DO BID	
1. Expressão de que a consciência das responsabilidades comuns começa a frutificar	56
GOVÊRNO PARA O POVO	
1. Que não será, necessariamente, um Govêrno popular mas que não o engodará e trabalhará sempre em seu benefício	57
GOVÊRNO SEM AUTORIDADE	
1. Riscos e perigos	58
HOMEM	
1. Centro das soluções de todos os problemas nacionais	59
2. Sua promoção e dignidade. Objetivos desde Pero Vaz Caminha	59
3. Grande meta. Ponto de convergência de planos e atos do Govêrno. O desenvolvimento a seu serviço	60
HUMANISMO SOCIAL	
1. O respeito ao homem, em tôdas as suas facetas	61
IDEAIS ADOTADOS PELO BRASIL	
1. Liberdade, progresso e respeito aos direitos do homem. Pioneirismo de nosso País, nessas afirmações. Obrigação de honrar êsses antigos compromissos	62

ILHA SOLTEIRA

1. Obtenção de recursos para construí-la. A elevação da capacidade geradora durante o Governo atual. Outras usinas 63

IMPORTAÇÃO DE GADO REPRODUTOR

1. Levado a cabo pelos uberabenses para melhorar as qualidades de nosso rebanho. Aprimoramento dos métodos de criação. O zebu 64

INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

1. Que pode ser criada no Paraná. Em que condições. Criação de cooperativas 65

INDÚSTRIA DOS COURO NO RGS

1. Pujança, estágios. Número de unidades fabris. Quantidade de calçados produzida. História. Perspectivas 66

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

1. Freamento da inflação. Alívio das classes empresariais e assalariadas. Redução da taxa de juros e outras medidas. Diminuição do ritmo do custo de vida 68

INSTALAÇÃO DO GOVERNO EM RECIFE

1. Objetivo. Existência de projetos prioritários, decretos e convênios, como provas de que as necessidades nordestinas estão na primeira linha de preocupação do Governo. Desejo de criar um processo de desenvolvimento auto-sustentável, a serviço da valorização do homem nordestino 69

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

1. Reconhecido como de utilidade pública 71
2. Promessa de colaboração dos poderes públicos, em particular do Presidente 71

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: O BRASIL

1. Apoia a integração entre os latino-americanos 72

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1. Afinidades que a justificam. Mesmo estágio de desenvolvimento. Integração que também é espiritual e social. Processo irreversível que está em marcha. Sua contribuição à paz universal 73

	Págs.
INTERLIGAÇÃO DE NOSSOS SISTEMAS ELÉTRICOS	
1. Como prioridade e com os países vizinhos	74
JAPÃO DE HOJE	
1. Representando um incentivo aos países jovens	75
JUSTIÇA SOCIAL	
1. É chegado o momento de uma divisão equitativa dos sacrificios	76
LIBERDADE DE IMPRENSA	
1. Um dos pressupostos da Democracia. O acesso do povo às fontes de informação. Fidelidade a essa liberdade até o último dia de mandato	77
MEDIDAS DO GOVÉRNO EM FAVOR DO NORDESTE	
1. Enumeração das principais	78
MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO	
1. O Mercado contará com o apoio do Brasil. Deverá ser conseguido pelo aperfeiçoamento da ALALC e do Mercado Comum Centro Americano. Possibilidade à cooperação dos E.U.A.	79
2. Sua promoção entre os países latino-americanos	80
MISÉRIA	
1. A luta contra ela será uma das metas do Govérno	81
MISSÕES E TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS	
1. Enumeração. Apê'lo	82
NAÇÕES UNIDAS	
1. O Brasil continuará a dar pleno apoio para a consecução de seus grandes objetivos	83
NEUTRALISMO	
1. Não tem sentido na época atual. Só nos deve guiar o interesse nacional	84
NORDESTE	
1. Política integrada em seu favor. Testemunho insuspeito de D. Helder Câmara	85

	Págs.
NORUEGA	
1. Um exemplo edificante para o mundo moderno. Informações econômicas, étnicas e psicossociais. Formação histórica ..	86
NORUEGA E BRASIL	
1. Dessemelhanças e afinidades entre os países e povos. O Atlântico, como traço de união	88
OBJETIVO DE ENGRANDECIMENTO NACIONAL	
1. Em relação aos quais não deve haver desacôrdo. Apêlo à União	89
OBRAS DA REVOLUÇÃO NO NORDESTE	
1. Continuará no sentido de integrar as glebas nordestinas dentro de elevados padrões sociais	90
ORDEM E LIBERDADE	
1. Interdependência. Pode o povo confiar que êsse será o empenho do Governo	91
PACIFISMO E OBJETIVIDADE	
1. Tradição de nossa política exterior. Aspirações dessa política	92
PAGANDO PROMESSAS	
1. Quando candidato captou necessidades e anseios e prometeu aos pernambucanos. Traz agora: soluções, decisões e resultados	93
PALAVRA DE CONFIANÇA DO PRESIDENTE	
1. Como Comandante Supremo das Fôrças Armadas. Reconhecimento do entusiasmo que as anima e sua ação como fator de tranqüilidade	94
PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS	
1. Valor. Escola de civismo e de preparação para a vida..	95
2. Classe produtora da segurança nacional. Essa segurança proporcionando estabilidade política e social	95
PETROBRAS	
1. Apoio integral do Governo. Manutenção do monopólio estatal	97

	Págs.
PODERES DA REPÚBLICA	
1. Harmônicos, independentes e complementares	98
POLÍTICA DE CRÉDITO	
1. Necessidade de ampliar êsse conceito; inclusive o crédito especializado para que possam ser financiadas as matrizes	99
POLÍTICA DE TRANSPORTES	
1. Previsão no programa estratégico para o desenvolvimento. Diretrizes gerais	100
POLÍTICA ECONÔMICA	
1. Prosseguirá o combate à inflação. Conciliação com a inadiável necessidade de desenvolvimento. Revigoração da empresa privada. Estimulo às atividades que absorvam grande quantidade de mão de obra. Austeridade administrativa	101
POLÍTICA EXTERIOR	
1. Nossa tradição será mantida; isso não significa que sejamos infensos a novas motivações de um mundo em mudança. Energia nuclear para o desenvolvimento	102
POLÍTICA INTERNA E INTERNACIONAL	
1. Perfeitamente definidas e integradas	104
POLÍTICA NACIONAL DE AMPARO AOS PRODUTORES	
1. Promessa, por parte do Governo, da implantação dessa política	105
POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO	
1. Trabalho que empenhou 3 Ministérios. Abastecimento d'água e esgotos em 20 Estados	106
POLÍTICA NUCLEAR	
1. Soberana e definida pelo Conselho de Segurança Nacional..	107
POPULORUM PROGRESSIO	
1. Sua influência para os países menos favorecidos. O primado da justiça entre os povos	108

	Págs.
POSIÇÃO COM A EUROPA ORIENTAL	
1. Intercâmbio econômico	109
POSIÇÃO DO BRASIL NA AFRICA E ÁSIA	
1. Nossos laços. Cooperação entre as partes	110
POSIÇÃO DO BRASIL NO BLOCO OCIDENTAL	
1. Função de sua geografia, tradição e formação cristã. Perspectivas de cooperação e comércio com todos	111
POTENCIALIDADES NORDESTINAS	
1. Enumeração das potencialidades e das qualidades do povo..	112
PRESTANDO CONTAS	
1. Os 6 primeiros meses de Governo	113
PRINCIPES DO JAPÃO	
1. Felicidade dos brasileiros em recebê-los. Suas pessoas repre- sentando a consciência nacional japonesa	114
PROBLEMAS DO NORDESTE	
1. Continuarão a preocupar o Governo. Enumeração. Esforço para eliminar os desníveis	115
PROGRAMA ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO	
1. Levantamento de possibilidades e necessidades. Afirmação de que os planos serão seguidos à risca; resultados que serão alcançados	116
PROPÓSITO BRASILEIRO EM PUNTA DEL ESTE	
1. Cooperação e contribuição para melhores condições de vida, no Continente	117
PUNTA DEL ESTE	
1. Na reunião de Presidentes, estarão em pauta a modernização da vida rural e o aumento da produtividade agropecuária..	118
QUESTÃO DO CAFÉ	
1. Defesa dos interesses brasileiros em Londres	119

	Págs.
QUESTÃO DOS FRETES	
1. Defesa dos interesses nacionais	120
REFORMA ADMINISTRATIVA	
1. Batalha contra a burocracia, centralização e crescimento desmesurado da máquina estatal	121
2. Iniciada, vigorosamente, em tôdas as pastas	121
REFORMA AGRARIA	
1. Má fé de certos demagogos; o que tem de ser reformado. Crédito ao agricultor	122
RELAÇÕES COM O JAPÃO	
1. Júbilo pela intensificação das relações políticas, econômicas e culturais, entre nossos países. Agradecimento pela con- tribuição do emigrante japonês	124
RESSURREIÇÃO DA NAVEGAÇÃO	
1. Cumprimento de promessas. Situação do Lóide	125
REVOLUÇÃO	
1. Que não é um movimento retrógrado	126
2. Suas conquistas, tirando-nos do abismo. Situação atual. Restauração da integridade nacional	126
ROSA DE OURO	
1. Sua concessão duas vezes, em menos de um século, consagra os brasileiros	128
ROTINA	
1. Urge acabar com ela para renovar o País	129
SACRIFÍCIO	
1. Para os benefícios do amanhã	130
SALVAÇÃO DO NORDESTE	
1. Como salvação nacional; papel na integração do País	131

	Págs.
SAÚDE	
1. O Governo intensificará todos os programas. Merecerá prioridade	132
SEGUROS	
1. Solução condizente com os interesses nacionais	133
SETOR HABITACIONAL	
1. Foi atacado com grande vigor: 11.500 novas residências	134
SETOR PRIVADO	
1. Sua revigoração	135
SINTESE DE IDEAIS	
1. Democráticos e revolucionários; restabelecimento do regime tradicional e dotando o Governo de instrumentos para a manutenção da ordem	136
SOLIDARIEDADE CONTINENTAL	
1. Necessidade de superar o egoísmo e de ter fé e devoção....	137
SUDENE	
1. Convertendo-se no fóro político das aspirações nordestinas...	138
TRABALHADORES	
1. O Governo manterá diálogo com eles e procurará atender aos seus justos reclamos	139
TRABALHO E DIÁLOGO	
1. Razão da transferência do Governo para o Recife	140
TRABALHO DO MINISTÉRIO	
1. O espírito de equipe, explicando os resultados obtidos em tão curto prazo	141
TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, ENERGIA	
1. Os investimentos prosseguirão	142
UNIÃO	
1. Para a tarefa comum	143

	Págs.
UNIDADE NACIONAL	
1. Milagre conseguido pela gente lusa; O povo brasileiro	145
VALE DO RIO DOS SINOS	
1. Onde se encontra uma das maiores e mais diversificadas concentrações industriais do País	146
VALORES PSICOSSOCIAIS	
1. Crescimento da fé no homem do Nordeste; razões. Reconhecimento do valor dos nordestinos	147
VIDA SINDICAL	
1. Liberação dos sindicatos sob intervenção	148

AGRICULTURA

1. A NATUREZA PROPORCIONOU CONDIÇÕES PRIVILEGIADAS AO PARANÁ PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA AGRICULTURA MODERNA E RACIONAL

«A natureza ofereceu ao Paraná condições privilegiadas para a implantação e o desenvolvimento pleno de uma agricultura moderna e de uma racional atividade no domínio da pecuária. Não seria necessário ser profeta — nem possuir a competência técnica e o espírito pioneiro de Lord Lovat — para se ter em 1924, quando aqui chegou com seus companheiros de aventura o desbravador inglês, uma antevisão da extraordinária expansão agrícola e industrial reservada ao Norte do Paraná pela feracidade de suas terras roxas, nas quais a diversificação das culturas e das atividades humanas como que era indicada pelo dedo generoso da Natureza».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

AGROPECUÁRIA

1. DISPOSIÇÃO DE COMEÇAR UM PROGRAMA DE RENOVAÇÃO

«Quero afirmar aqui a disposição de começar um programa de renovação capaz de estender a todo o País as possibilidades evidenciadas na pujança da agropecuária do Paraná, cuja economia, inicialmente estruturada na produção cafeeira, apresenta hoje uma produção altamente diversificada, colocando este Estado entre os primeiros fornecedores de milho, feijão, arroz e frutas, além das fibras têxteis, da lenha e do carvão vegetal, e de uma indústria madeireira que dá trabalho e segurança a tantas famílias».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

2. APOIO AS MEDIDAS QUE VISEM O AUMENTO DE SUA PRODUÇÃO; IMPULSO A COMERCIALIZAÇÃO; TRANSFERÊNCIA ECONÔMICA PARA OS CENTROS CONSUMIDORES

«No meu Governo será dado largo apoio a todas as medidas que visem o aumento da produção agropecuária como ao incremento da produtividade e à melhoria da remuneração dos produtos rurais. O ritmo de desenvolvimento econômico do País exige uma política global e integrada para modernizar os processos de exploração do campo, como o sistema de distribuição e comercialização dos produtos oriundos da terra. Para a regularidade do abastecimento, impõe-se ampla e crescente produção de gêneros, cujo incremento e oferta não estão em correspondência com as necessidades básicas do nosso povo.

De maior importância, também, afigura-se ao meu Governo o impulso para modernizar e ativar os processos de comercialização. A transferência da produção das zonas agrícolas, para os centros

consumidores, deve ser realizada com o máximo de eficiência e os menores custos possíveis. Sômente assim será possível beneficiar o consumidor com as melhorias do produto e a redução de custos — decorrentes de uma ampliação da produtividade no setor agrícola e remunerar com mais justiça o homem que dá seu trabalho como um dos fatores primordiais da prosperidade no campo».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

3. ASSUNTO PRIORITARIO DO GOVERNO

«Como vêem os senhores, o assunto é prioritário nas cogitações dos Presidentes dos países latino-americanos.

E, para mim, para meu Govêrno, assume caráter altamente prioritário, de vez que constitui um dos principais objetivos do meu programa de Govêrno, repetida e enfaticamente proclamado nos meus pronunciamentos de candidato à Presidência da República, e, neste momento, confirmado, reiterado perante todos vós, homens do campo e da Zona Rural do meu País».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

AGROPECUARIA EM PUNTA DEL ESTE

1. MEDIDAS A SEREM RECOMENDADAS PELO BRASIL

«Êsses programas serão orientados no sentido de aumentar a produção de alimentos nos países latino-americanos em volume e qualidade suficientes para prover adequadamente a sua população e atender, em escala cada vez maior, às necessidades mundiais de alimentos, bem como melhorar a produtividade agropecuária e proceder a uma diversificação da produção que assegure a esta as melhores condições possíveis de concorrência.

Para alcançar êsses objetivos, concordamos em recomendar medidas no tocante aos seguintes pontos:

1º) Aperfeiçoar a elaboração de políticas agropecuárias e assegurar a execução de planos, programas e projetos de pré-investimento, de desenvolvimento agropecuário, de reforma agrária e de colonização, adequadamente coordenadas com os esquemas nacionais de desenvolvimento econômico, de forma a facilitar a intensificação dos esforços internos e atribuição adicional de contribuições externas.

2.º) Aperfeiçoar os sistemas de crédito e criar facilidades destinadas à produção, comercialização, conservação, transporte e distribuição de produtos agrícolas.

3.º) Utilizar incentivos adequados, inclusive de preços, para produção agropecuária em condições econômicas.

4.º) Estimular e financiar a aquisição e a utilização intensiva de insumos agrícolas, bem como o estabelecimento e expansão de indústrias latino-americanas produtoras de fertilizantes, germicidas e máquinas agrícolas.

5.º) Adaptar os sistemas tributários que afetam o setor agropecuário, de maneira que possam contribuir para o melhoramento da produtividade, o aumento do volume de produção e a melhor distribuição da terra.

6.º) Ampliar substancialmente os programas de ensino especializado e de pesquisa, bem como de extensão agrícola, a fim de melhorar a capacidade do trabalhador do campo e a formação de pessoal técnico e profissional e, igualmente, ampliar os serviços de sanidade vegetal e animal.

7.º) Incentivar e prover recursos financeiros para a industrialização da produção agropecuária, especialmente mediante o desenvolvimento da pequena e média indústrias, bem como a promoção de exportações de artigos agropecuários já beneficiados.

8.º) Facilitar o estabelecimento de programas multilaterais ou internacionais que permitam à América Latina atender em maior volume à necessidade mundial de alimentos.

9.º) Estimular os programas nacionais de desenvolvimento das comunidades e fomentar a criação e o fortalecimento das cooperativas agropecuárias».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

AJUDA TÉCNICA

1. EM PARTICULAR A COOPERAÇÃO NECESSÁRIA A RÁPIDA NUCLEARIZAÇÃO PACÍFICA

«... à atração de capitais e de ajuda técnica, e — de particular importância — à cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do País».

(Diplomacia da Prosperidade — 5 de abril de 1967 — Brasília).

ALFABETIZAÇÃO

1. SEU FINANCIAMENTO. PRIORIDADE QUE DEVE RECEBER. APÊLO AOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

«Assim encarada e entendida a alfabetização, a própria questão do seu financiamento — tanto mais dificultosa quanto o ensino primário é o ensino de todos — se resolverá, porque deverá integrar-se no plano geral do desenvolvimento como sua condição essencial, terá de ser estudada em conjunto com os seus demais problemas e nêle haverá de encontrar a eminência de uma prioridade *sine qua non*.

Sinto de meu indeclinável dever pedir para êsse aspecto, que é crucial, a atenção dos governos estaduais e a dos municipais, já que o ensino primário é de sua exclusiva competência e ao Governo Federal corre apenas a obrigação de auxiliá-los técnica e financeiramente, de acôrdo com as suas deficiências e na medida dos recursos disponíveis no orçamento da União, e já que o desenvolvimento só pode existir como processo geral».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

2. APÊLO GENERALIZADO A COOPERAÇÃO; NECESSIDADE DA MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

«Mas não basta que a tal plano se associem os governos dos Estados e Municípios. Impõe-se que aos seus poderes, recursos e meios se aliem os meios, recursos e poderes de todos — grandes e pequenos, individuais e coletivos.

Nenhum dia oferece, como êste, oportunidade aos governos em geral — ao nacional, aos estaduais e aos locais — para concla-

mar tôdas as instituições e todos os cidadãos a associarem-se aos poderes públicos para a continuidade, a ampliação e a renovação do grande esforço comum em prol da cultura popular.

O passo inicial dessa cultura consiste na alfabetização de tôdas as crianças em idade escolar e, simultaneamente, dos adolescentes e adultos cujo virtual valor a nação não pode perder e deve, por todos os meios, incorporar ao seu contexto social e ao seu esforço econômico.

Comunhão de esforços dessa magnitude não vale sequer a pena de ser tentada sem a viva mobilização da opinião pública, sem profunda motivação ao alcance do povo, de cada analfabeto individualmente considerado e, ao mesmo passo, das autoridades da educação e de cada mestre incumbido da obscura tarefa de executar o plano dos governos.

A motivação, que pode assumir formas muito variadas, e cuja natureza é, ao mesmo tempo, intelectual, psicológica, social e política, deve obter como resultado uma sólida congregação de esforços consentidos».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

3. ACIMA DE TUDO UM IMPERATIVO DA JUSTIÇA SOCIAL — RECEPTIVIDADE NA IGREJA CATÓLICA E NAS FÔRÇAS ARMADAS

«Por outro lado, cumpre não esquecer uma tonalidade ética de suma importância — a alfabetização é, acima de tudo, um imperativo de justiça social.

Que esta mensagem encontre na opinião pública, nos governos de todos os Estados e de todos os municípios e em tôdas as instituições a mesma receptividade que a minha palavra já encontrou na Igreja Católica e nas Fôrças Armadas o mesmo contou na Igreja Católica e nas Fôrças Armadas — o mesmo ressonância moral susceptível de transformar o seu conteúdo em vigoroso pensamento solidário com a ação que deve ser empreendida para enobrecer o nosso povo pela cultura, torná-lo próspero, feliz e apto para a obra desmedida e gloriosa de reconstruir, elevar e engrandecer o Brasil».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

1. DECISÃO DOS E. U. A. DE INCENTIVÁ-LA — A RECENTE REFORMA DA CARTA DA OEA — ESPERANÇAS PARA O FUTURO

«É, assim, auspiciosa a atitude dos Estados Unidos no tocante aos problemas do desenvolvimento regional, principalmente sua decisão de dar incentivo à Aliança para o Progresso e de propiciar recursos para a integração latino-americana.

O bom entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil muito contribuirá para a realização de tais objetivos. Nesta oportunidade desejo reafirmar os nossos propósitos de cooperar intensamente com a Nação norte-americana.

A recente reforma da Carta da OEA — criando novas instituições interamericanas e afirmando novos princípios de cooperação econômica — está destinada a infundir em nosso sistema regional a substância de há muito reclamada, retirando do fóro continental a retórica e o academicismo.

Por essas razões, antevejo com otimismo o próximo encontro dos Chefes de Estado Americanos. Tudo indica que em Punta del Este poderemos dar nôvo e decidido impulso à Aliança para o Progresso e à cooperação entre os países latino-americanos».

(Diplomacia da Prosperidade — 5 de abril de 1967 — Brasília).

AMAZÔNIA

1. RECEBENDO AS ATENÇÕES DO GOVERNO

«Voltamos as vistas para a Amazônia, formulando uma política de integração efetiva, que em pouco tempo começará a dar frutos, enquanto para lá se dirigem as atenções do Exército, empenhado em defender, com a segurança interna da região, a soberania do País».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS EXTERNOS

1. INCLUINDO A OBTENÇÃO DE PREÇOS JUSTOS E ESTÁVEIS

«A ação diplomática de meu Governo visará, em todos os planos, bilaterais ou multilaterais, à ampliação dos mercados externos, à obtenção de preços justos e estáveis para nossos produtos».

(Diplomacia da Prosperidade — 5 de abril de 1967 — Brasília).

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

1. VULTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O BRASIL — PARTE DESTINADA À ENERGIA ELÉTRICA

«Assinalo, com satisfação especial, o vulto da contribuição do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Agência para o Desenvolvimento Econômico, dos Estados Unidos.

Julgo de meu dever destacar, em relação ao significado desta solenidade, o decidido apoio que sempre mereceram grandes empreendimentos em nosso País, por parte do Banco Interamericano. Essa entidade, na qual se fazem representar as nações do Novo Mundo, já concedeu ao Brasil financiamentos que totalizam 454 milhões de dólares, aplicados em 53 diferentes projetos. Mais de 125 milhões foram destinados ao setor da energia elétrica.

Ocupamos, assim, o primeiro lugar entre os mutuários do BID, sem contar vários projetos que se encontram em fase de apreciação, alguns deles praticamente concluídos. Esta é apenas uma das razões que levarão o meu Governo, através do Ministério das Minas e Energia e das entidades que o compõem, a continuar prestigiando de forma especial as organizações e os empreendimentos de caráter internacional, voltados para os assuntos pertinentes à energia elétrica na América Latina. Estaremos presentes com o melhor do nosso empenho, na Comissão de Integração Elétrica Regional, nos Seminários Latino-Americanos de Energia Elétrica e nas Reuniões de Altos Executivos de Empresas Elétricas, particularmente naquelas que se realizarão ainda este ano em Assunção, no Paraguai, e na capital do Peru».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

BOA ESPERANÇA

1. COMPROMISSO DE CONTINUAR ESSA HIDRELÉTRICA

«De forte conotação social, pelo que importa em abrir perspectiva ao bem estar do homem do Piauí e do Maranhão, é também o compromisso de continuar a obra encetada pelo grande Presidente Castello Branco, prosseguindo em ritmo intenso a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, que insisto em anunciar como «uma boa certeza». O mesmo sentido há de ser notado na decisão de procurar-se impedir o excessivo agravamento das disparidades entre áreas dentro da região, através de diversificação adequada dos polos de desenvolvimento e do esforço para evitar deterioração das áreas mais pobres. E a própria coordenação da atividade governamental no Nordeste, decidida para dar maior rentabilidade aos gastos do poder público, implica a idéia de que o homem nordestino se beneficie mais largamente dos recursos disponíveis na região ou para elas carreados».

(Encerramento das atividades do Governo no NE — Recife — 12 de agosto de 1967).

BRASÍLIA

1. SUA CONSOLIDAÇÃO COMO CAPITAL E COMO FATOR DE UNIDADE NACIONAL

«Consolidamos Brasília, como fator de unidade nacional, providenciando a criação imediata de condições adequadas para a irradiação de sua influência rumo aos espaços vazios a serem ocupados urgentemente em nosso território. Ainda este mês começaremos a pavimentar o trecho inicial da estrada para Belém do Pará».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

CAFÉ

1. APESAR DA DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE, É O PRINCIPAL PRODUTO — FAZ PARTE DAS PREOCUPAÇÕES FUNDAMENTAIS DO GOVERNO — A CAFEICULTURA TERÁ ESTÍMULO E APOIO TÉCNICOS

«O café, apesar da diversificação já alcançada pela agricultura paranaense, ainda é o produto que mais conta nas vossas atividades. Digo-vos que ele entra nas preocupações fundamentais do Govêrno. Demonstração clara do interêsse governamental, foi o fato de ter vindo eu buscar no vosso Estado o homem que vai cuidar das soluções para os problemas cafeeiros. O café não é simplesmente a principal fonte de divisas cambiais de que dispõe o Brasil; deve ser encarado, também, na área rural, como a sua grande fonte de emprêgo. Daí o nosso empenho em preservar a cafeicultura, dando-lhe apoio e estimulando-a, para que seja orientada cada vez mais racional e tècnicamente».

(Discurso em Londrina ~ 9 de abril de 1967).

CÂMBIO MANUAL

1. FREIO A FUNESTA ESPECULAÇÃO

«Ainda munidos da mesma autoridade, pusemos freio à também velha e funesta especulação do câmbio manual, como uma providência que foi mal entendida em alguns setores e de cujo acêrto, hoje tão benéficas e profundas vão sendo as suas consequências, ninguém poderia duvidar».

(Prestação de contas o 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

CAMPANHAS NACIONAIS

1. EM PARTICULAR — EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO E ALIMENTAÇÃO; CONTARÃO COM O AUXÍLIO DAS FORÇAS ARMADAS, ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE; VISARÃO ELIMINAR DESNÍVEIS REGIONAIS

«Para atacar pontos cruciais sumariamente expostos nas diretrizes acima, é intenção do Governo socorrer-se do patriotismo e da boa vontade das Forças Armadas, das organizações religiosas, das associações de classe, de instituições e pessoas que possam com ele cooperar num intenso, extenso e profundo programa de salvação pública. Quero referir-me, de modo especial, às campanhas que terão envergadura nacional: educação, saúde, habitação e alimentação.

Como se vê, trata-se de planos a longo prazo, nos quais o tempo é elemento primacial, e de planos a curto prazo, nos quais é imprescindível lançar mão de instrumentos de antecipação capazes de abrir atalhos e abreviar caminhadas. O seu conjunto formará um sistema de integração nacional, que eliminará, pouco a pouco, os desequilíbrios regionais».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

CAPACIDADE HIDRELÉTRICA DO BRASIL

1. ILHA SOLTEIRA; O PROGRESSO DURANTE O 1º GOVERNO REVOLUCIONÁRIO; META PARA OS PRÓXIMOS 4 ANOS

«A ênfase que empresto a êste ato simples, anunciador da construção da grandiosa usina hidrelétrica de Ilha Solteira, decorre da importância prioritária que dou, desde o primeiro dia do meu Governo, ao setor da energia. Conquanto esteja êle em período de franco desenvolvimento, tenho presente que em 1964, quando se inaugurou o primeiro Governo da Revolução, não havíamos atingido o nível dos 5 milhões de kilowats de capacidade instalada. Tínhamos carência generalizada no sistema de transmissão, supridor de uma distribuição precária e deficiente. Graças a uma política realista e enérgica nesse setor, verifiquei, ao chegar em março à Presidência, que marchávamos para um objetivo de 8 milhões de *kilowats*.

Sem embargo dos progressos alcançados, nossos índices de consumo *per capita* permanecem modestos para um País das imensas possibilidades de desenvolvimento que apresenta o Brasil. Já nos lançamos, entretanto, com entusiasmo, a um programa que deverá levar-nos, nos próximos quatro anos, a atingir a meta dos 12 milhões de *kilowats*, dispondo-se de poderosas rêdes de transmissão e distribuição. Os recursos indispensáveis à consecução dêsse objetivo são necessariamente vultosos. Somando-se tôdas as parcelas de origem federal aos recursos estaduais, aos investimentos de empresas e financiamentos externos, será despendida em meu Governo, na ampliação do sistema de energia elétrica, importância superior a 7 bilhões de cruzeiros novos. Dêsse total, a metade, aproximadamente, será destinada à ampliação da capacidade geradora, convertendo-se a outra metade em investimentos para a transmissão e a distribuição».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

CARTAS DA PRODUÇÃO E DO ABASTECIMENTO

1. A ELABORAÇÃO DAS CARTAS COMO FINALIDADE DA REUNIÃO DOS SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA DE TODO O PAÍS, EM 15 DE JULHO DE 1967 — BRASÍLIA — VALORIZAÇÃO AO TRABALHO DO HOMEM DO CAMPO

«No dia 15 de julho próximo estarão reunidos comigo, em Brasília, os Secretários de Agricultura de todo o País, para uma tomada da consciência dos diferentes problemas a enfrentar, realisticamente, cada um dos quais terá solução específica no quadro geral das necessidades da vida rural. Já instruí o Ministro da Agricultura para que prepare, com a objetividade que o caracteriza na gestão de sua Pasta, essa importante reunião, cuja finalidade é a elaboração imediata da *Carta de Produção* e da *Carta do Abastecimento*. Os dois documentos consagrarão a política que ora vos anuncio, fundada na realidade do País e nas disponibilidades dos recursos do Governo, com o objetivo de valorizar o trabalho do homem do campo e prestigiar as atividades de quantos se inscrevam na execução do programa econômico do fomento à produção rural e atendimento das necessidades dos centros de consumo».

(33ª Exposição-Feira Agropecuária de Uberaba — MG — 3 de maio de 1967).

COINCIDENCIA DE PASSADOS DO BRASIL E JAPÃO

1. DE INÍCIO DE APRENDIZADO INTERNACIONAL; DE IMAGENS NAS NAÇÕES SOBERANAS

«Saudando Vossas Altezas Imperiais, nesta capital tão moderna, fruto do pioneirismo pertinaz, que a fez surgir no planalto silente, com a força das criações bíblicas, não me escapa um pensamento singular, misto de paradoxo e coincidência.

Se, por um lado, o fabuloso CIPANGU dos fantasiosos viajantes da Idade Média procede de mais de milênio a jovem Terra de Santa Cruz, que Portugal descobriu no limiar do Século XVI, pelo outro, ambos repartem em comum o evento histórico de haverem ingressado, quase simultaneamente, no convívio das nações soberanas.

Brasil e Japão iniciaram, na primeira metade do século passado, o seu aprendizado internacional. Um, ao conquistar a independência política; o outro, ao penetrar na luminosa era do Imperador Meiji Tenno que, sacudindo a nacionalidade do torpor de séculos de feudalismo retrógrado sob o jugo do Chogunato, propiciou ao povo nipônico o conhecimento da civilização ocidental e o conseqüente acesso às idéias e novas técnicas, assegurando-lhe, através da proverbial capacidade de assimilar, a adaptação às condições peculiares de sua cultura oriental».

(Visita do Príncipe Japonês — Brasília — 22 de maio de 1967).

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

1. OS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL ESTÃO EM NOSSA MIRA PARA A BUSCA DE CAPITAL E MERCADOS

«Na busca de capitais e de mercados, teremos igualmente em vista os países da Europa Ocidental, em particular a Comunidade Econômica Européia, que hoje constitui a segunda grande unidade de comércio internacional. Desejamos reforçar as nossas identidades culturais e políticas com os países dessa área através do incremento do intercâmbio econômico, científico e técnico. Com Portugal, procuraremos estreitar ainda mais os vínculos especiais que nos unem».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

1. DEFINIÇÃO; HERANÇA LUSA

«O povo brasileiro não esqueceu nunca e não esquecerá jamais a portentosa herança física e espiritual que deve ao povo português. Ele tem sido e continuará a ser digno dêsse tesouro magnífico de tradições, que vão dos hábitos interiores e profundos da vida moral, da linguagem, do pensamento e da fé religiosa aos hábitos exteriores da vida quotidiana.

Tudo isso compôs duas sensibilidades irmãs e, nelas, uma só forma de ser, e dessa composição nasceu uma coincidência intelectual, moral e política — que é a nossa Comunidade Luso-Brasileira.

Do outro lado do mesmo oceano, neste mesmo dia, nesta mesma hora, na mesma língua, o mesmo ato se celebra.

Sou feliz, Senhor Embaixador, por ser o seu signatário, em nome do govêrno e do povo do Brasil».

(Comunidade Luso-Brasileira — Brasília — 22 de abril de 1967).

COMUNISMO

1. NÃO É MOVIDO POR QUALQUER SENTIDO HUMANO O QUE INTENTA É EXPLORAR A MISÉRIA POLITICAMENTE

«Não se iludam, porém, os ingênuos e os falsos inocentes. Não está no receituário do Estado comunista, ou seja, nas chamadas democracias populares, o remédio para essa doença da sociedade. Não move o comunismo nenhum sentido humano. Quando ele acena às massas com a igualdade na distribuição de bens — coisa que até hoje não levou a efeito em nenhum lugar e em qualquer escala — o que intenta é explorar a miséria como instrumento de seus desígnios políticos, pois a miséria tem, como nenhuma outra condição, o poder de resolver o fundo residual de irracionalidade existente em todos os seres humanos.»

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 março de 1967).

CONFIANÇA NO FUTURO

1. SEM TEMOR DE AMEAÇAS DE FORA NEM ARREGANHOS DE DENTRO

«Graças a isto, já não tememos o futuro. Não tememos as ameaças de fora nem os arreganhos de dentro. Venceremos, porque somos honestos em nossa pregação e sinceros no nosso trabalho; e porque o povo brasileiro já percebeu que conta com um Govêrno profundamente empenhado em promover o seu bem-estar.»

(Homenagem das Fôrças Armadas — Recife — 11 de agosto de 1967)

CONJUNÇÃO DE ESFORÇOS

1. NECESSIDADE; PARTICIPAÇÃO DOS GOVERNOS: FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

«Repito o que tenho dito de outras feitas, quanto à imprescindível necessidade de uma poderosa conjunção de esforços que se solidarizem, indissolúvelmente, e tomem um só e único rumo, a fim de realizar não apenas os planos de govêrno — que nada mais são do que medidas em benefício do povo — senão a proteção eficaz da sociedade e das forças que nela atuam. Nessa luta é preciso que todos se empenhem de coração: além do Govêrno Federal, os governos estaduais e municipais, a emprêsa privada e o povo em geral.»

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

1. IRMANANDO TÔDAS AS CLASSES E RAÇAS

«Elas são formadas de tôdas as classes e de tôdas as raças do povo, refletindo os seus sentimentos e os seus anseios mais autênticos, em tôdas as conjunturas.»

(Dia da Independência — Mensagem às Forças Armadas — 7 de setembro de 1967)

CONSTRUÇÃO NAVAL

1. 24 NAVIOS, TOTALIZANDO CÊRCA DE 300 MIL TONELADAS; RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO; OCUPAÇÃO DA NOSSA INDÚSTRIA ESPECIALIZADA POR 3 ANOS; INCENTIVO AO MERCADO INTERNO

«Na assinatura dêstes contratos, afirma-se de modo particular a intenção governamental de acelerar o ritmo de expansão da área do transporte marítimo; e, ao mesmo tempo, se avança para aquêlo objetivo maior, que é preparar a infra-estrutura adequada para «garantir uma operação eficiente e integrada das várias modalidades de transportes.»

Trata-se, aqui, da construção, em uma única série, de 24 navios, totalizando cêrca de 300 mil toneladas. Os presentes contratos, que somam, aproximadamente, 500 milhões de cruzeiros novos, configuram o mais vasto projeto de construção concebido no Brasil nestes 20 anos e representam, igualmente, o maior compromisso dessa natureza subscrito em todo o mundo, no último decênio.

Equivalem, portanto, a uma demonstração concreta da retomada do desenvolvimento em todo o País e em mais de um dos setores interessados no esforço do Govêrno, criando estímulos gerais ao parque industrial brasileiro, pois a maior parte dos materiais e equipamentos a serem utilizados na construção dos navios será de procedência nacional. Significam, também, que a grande indústria de motores diesel será revigorada, mediante a construção de 24 unidades de 18.000 cavalos e 72 motores auxiliares de 300 HP cada um, além dos respectivos geradores elétricos.

Vejo com o maior interêsse abrir-se oportunidade ao emprêgo de muitos cidadãos brasileiros, para os quais, em última análise, está sendo dirigido o nosso esforço. A realização dos projetos

que neste momento se completam, no que respeita à sua viabilidade, prevê a aplicação de mão-de-obra da ordem de 100 milhões de operários/hora, não só nos estaleiros, mas ainda no parque industrial acessório, tendo-se em vista que haverá uma demanda de cerca de 100 mil toneladas de aço, proporcionando-se ao nosso parque siderúrgico recursos suficientes para recuperar-se da crise que o debilita há alguns anos.

Forneceremos trabalho à indústria naval por um período superior a três anos, ensejando-se aos estaleiros nacionais e à grande indústria complementar o aproveitamento de sua plena capacidade de emprego, sem solução de continuidade, durante largo espaço de tempo, com a produção imediata de incentivos consideráveis ao mercado interno.»

(Assinatura de contratos — Construção Naval — Brasília — 14 de setembro de 1967)

CONTRASTES DO PAÍS

1. INDICAÇÃO DE ALGUNS

«Pude sentir, vivamente, o conjunto de contrastes de que se compõe o nosso País: demograficamente vazio, em várias regiões, e, ao mesmo tempo, dotado, em outras, de uma força de expansão populacional que representa, sem dúvida, obstáculo ingente a uma ação promissora e profícua; fragmentário e, todavia, dotado de uma coesão física e de uma unidade espiritual, que nenhum povo conseguiu criar e manter em tais proporções e condições, em qualquer região do globo; simultaneamente rico e pobre, porque as riquezas inertes nada mais são do que pobreza; povoado por gente singularmente dócil e singularmente agressiva, liberal e intolerante, audaciosa e imprudente, e, não obstante, sábia, paciente e circunspeta.»

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967)

CONTRIBUIÇÃO NIPÔNICA

1. INICIADA EM 1908; ESTÍMULOS A AGRICULTURA E INDÚSTRIA NACIONAIS; RECONHECIMENTO PELO ESFORÇO JAPONÊS E ADMIRAÇÃO PELA CULTURA NIPÔNICA

“Tivemos ensejo de celebrar, em 1958, o cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes nipônicos ao Brasil e, no transcurso dessa efeméride rendemos, nas homenagens tributadas a Suas Altezas Imperiais os Príncipes Iuriko e Takahito Mikasa, um preito de amizade ao caráter empreendedor, à tradicional operosidade e à indômita resistência da raça japonesa.

Nove anos decorridos desde aquela época, robusteceu-se minha certeza de que a excepcional contribuição de sua gente ao desenvolvimento do Brasil se integrou de maneira harmoniosa ao esforço nacional de recuperação econômica, proporcionando à agricultura e à indústria do meu País estímulos fecundos e benéficos.

Vossas Altezas, que hoje iniciam esta visita, terão ensejo de percorrer as notáveis instalações que o tenaz engenho de seus súditos ergueu. Verão como resultado desse trabalho, complexos industriais onde a siderurgia ombreia com a construção naval e com os setores têxtil e automobilístico. Mas, verão, também, no campo da agricultura, os métodos aperfeiçoados do amanho da terra, que aprimoram e multiplicam a produção de alimentos.

Verão tudo isso e — prometo-lhes — encontrarão sempre nos aplausos do povo e no acolhimento das autoridades, o reconhecimento espontâneo do Brasil pelo seu dedicado labor em criar riquezas; sentirão nosso entusiasmo por seu espírito denodado; nossa admiração por sua requintada cultura.»

(Visita do Príncipe Japonês — Brasília — 22 de maio de 1967).

COOPERAÇÃO GERAL

1. O GOVERNO PEDE APOIO A ARENA; COLABORAÇÃO DO CONGRESSO; DISCIPLINA DAS FORÇAS ARMADAS E COMPREENSÃO GERAL

«O apoio político, representado pela ARENA, partido a que pertenco e que prestigiarei, a compreensão e colaboração patriótica do Congresso Nacional, a disciplina consciente das Forças Armadas — um bloco de firmeza, coesão e vontade a resguardar as instituições, a ordem e a paz — eis os elementos preciosos de que disporei para o bom e fiel desempenho do meu mandato. Conto, ademais, com a colaboração experiente do meu preclaro amigo e grande homem público Dr. Pedro Aleixo, que muito concorrerá para o êxito do meu Governo. Mas, acima de tudo, conto com o povo, êste magnífico povo brasileiro, que me apoiará, ajudará e estimulará, na árdua tarefa que me toca.

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1. COMO EXIGÊNCIA DA ÉPOCA QUE VIVEMOS. TAL NECESSIDADE É MAIS FLAGRANTE NA AMÉRICA LATINA. RAZÕES

«Vivemos uma época revolucionária. A tecnologia fez o mundo, porém, mais complexo e até perecível. Nesse contexto de dinamismo, a solução dos problemas nacionais exige, sob novas formas, e de modo crescente, a cooperação internacional.

Na América Latina, tal cooperação é tanto mais necessária quanto é certo que nossos países devem completar, a um só tempo, a revolução tecnológica que outras nações puderam realizar paulatinamente, a revolução institucional, a revolução industrial, a revolução educacional.

Nosso continente permanece angustiado, sufocado pela pobreza, pela doença, pelo subdesenvolvimento, carente de uma solidariedade mais efetiva, quer entre os indivíduos, quer entre as nações.»

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta del Este — 12 de abril de 1967).

CRESCIMENTO INDUSTRIAL

1. QUE NO BRASIL NÃO CORRESPONDEU AO AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

«Ao crescimento da produção industrial brasileira, tão significativa apesar dos desníveis regionais, não correspondeu o necessário aumento de produção agrícola, que terá de atender ao maior consumo provocado por melhores salários e pelo aceleração do processo de urbanização. É irrecusável que o povo gasta em alimentos, hoje, muito mais do que gastava há alguns anos, verificando-se um crescimento de demanda bem superior às possibilidades da oferta.»

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967)

DEMOCRACIA

1. QUE NÃO FLORESCE NA POBREZA; O MAIS DIFÍCIL NÃO É ESTABELECE-LA, SENÃO MANTE-LA; PARA CONSERVÁ-LA HÁ QUE PROCURAR TODOS OS MEIOS QUE PROMOVEM O PROGRESSO

«Já parafraseei o Apóstolo São Paulo, com a afirmação de que a democracia não pode vicejar na pobreza, como a virtude não floresce na miséria.

Sempre entendi como a melhor linha de ação para lutar contra os que pregam as excelências dos regimes totalitários, a luta sem trégua para abolir os fatores de desânimo nacional, dos quais se alimentam os profetas do caos e do desespero. Sei que a muitos já ocorreu a mesma idéia, embora muito poucos perseverem nela e a transformem, sinceramente, numa bandeira. O velhíssimo Aristóteles já advertia, na obra com que fundou a Ciência Política, que para o legislador e para todos aqueles que quisessem estruturar um governo democrático, a tarefa mais trabalhosa não seria estabelecê-lo. Tratar-se-ia principalmente de prover à sua conservação. Não seria difícil a uma forma de governo, qualquer que fôsse, ceder o melhor de suas características à ação aluidora do tempo, tornando-se, pois, imprescindível que se combinassem todos os meios próprios a garantir-lhe a estabilidade.

Nos tempos modernos, todos os que amamos de fato a democracia teremos que buscar êsses meios entre aqueles que promovem o progresso, a riqueza nacional, a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos, se quisermos que as vantagens espirituais do sistema democrático não se concentrem apenas em alguns países, mas se distribuam igualmente numa ampla e poderosa comunidade de nações soberanas.»

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967)

DEMOCRACIA E PODER ECONÔMICO

1. AS GRANDES DESIGUALDADES DESSE PODER SÃO INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA; O FATO POLÍTICO DEPENDE DO ECONÔMICO

«A despeito de todos os esforços, o Estado moderno não logrou ainda disciplinar as alterações e oscilações econômicas do mundo em que vivemos. De outra parte, é incontestável que se funda na distribuição do poder econômico a justificação das imposições legais do Estado e, portanto, o próprio funcionamento de um regime democrático autêntico. As grandes desigualdades na distribuição desse poder são incompatíveis com o exercício da democracia.

É impraticável isolar do fato econômico o fato político. Ele se constitui, em conteúdo, da quase totalidade das relações entre os homens e, segundo KEYNES, «as idéias justas ou falsas dos filósofos da economia têm mais importância do que geralmente se pensa. Em verdade, o mundo é por elas conduzido.»

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967)

DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

1. EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA — UM POSTULADO DE MEU GOVERNO; A CONTINUIDADE DA REVOLUÇÃO COM OS MESMOS OBJETIVOS EMBORA PODENDO VARIAR OS MÉTODOS

«De quanto acabo de afirmar, deve-se concluir que o exercício da democracia é, desde já, um dos postulados do meu Governo.

Porei o máximo de esforço pessoal a fim de levar a cabo a missão que se impôs o meu insigne antecessor, missão tanto mais áspera quanto — se nela bem atentarmos — logo lhe acharemos como cerne esta dificuldade: conciliar as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução. Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia, nem pode ser malbaratada, posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo.

Tenho plena consciência das dificuldades que me saltarão, cada dia, em cada trecho do caminho. Entre elas, assume vulto de extrema gravidade o meu dever de prosseguir, sem desvios nem vacilações, na rota iniciada. Por essas palavras quero significar a obrigação, que me corre, como responsável pelo Governo, de manter o País entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964.

Estou seguro, no meu civismo de brasileiro e na minha responsabilidade de governante, de que me cabe impedir, por todos

os meios, aquilo a que muitos aspiram, às claras ou sob capa de defender a democracia — a restauração. Isso não ocorrerá, pois o Governo é um compromisso com a Revolução, nas suas idéias, nos seus princípios, na sua nova mentalidade.

A todos lembro que, de minha parte, declarei no meu discurso de agradecimento ao Congresso Nacional, no dia de minha eleição: «Eis por que assumi com a Revolução um sagrado compromisso e, assim como fui um dos seus chefes, dela serei, no Governo, representante e delegado.»

Continuaremos o trabalho iniciado há três anos. Os métodos poderão ser outros, mas os objetivos os mesmos. Não descan-saremos.»

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

1. DESENVOLVIMENTO CONDICIONANTE DA SEGURANÇA INTERNA E PAZ INTERNACIONAL; POR OUTRO LADO A SEGURANÇA DEPENDE DE JUSTIÇA SOCIAL; PRIORIDADE DO GOVERNO AOS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO

«Estamos convencidos de que a solução dos problemas do desenvolvimento condiciona, em última análise, a segurança interna e a própria paz internacional. A História nos ensina que um povo não poderá viver em clima de segurança enquanto sufocado pelo subdesenvolvimento e inquieto pelo seu futuro. Não há, tampouco, lugar para a segurança coletiva em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos.

De fato, em nossos dias, a questão social deixou de ser apenas um problema de cada país para adquirir dimensão mundial. A justiça social é agora indispensável, não só nas relações entre indivíduos, mas também entre as nações.

Recebemos, por isso, com grande entusiasmo, o apêlo de Sua Santidade o Papa Paulo VI para «uma ação concreta em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade».

Êsses também os nossos objetivos, convictos que estamos de que «o desenvolvimento é o nôvo nome da paz».

Daremos, assim, prioridade aos problemas do desenvolvimento»

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

DESENVOLVIMENTO NACIONAL

1. PROPÓSITO DO GOVERNO DE ELEVAR A RENDA DAS POPULAÇÕES RURAIS

«Cabe aqui assinalar, a êste propósito, que a elevação dos níveis de renda das populações rurais e sua integração na economia de mercado constituem tarefa inadiável para avivar o desenvolvimento nacional. O mercado interno — de cerca de 85 milhões de consumidores — deve ser encarado como o grande trunfo da economia brasileira. Mas cabe transformar cada um desses cidadãos em consumidor de fato, na medida em que se eleve sua capacidade aquisitiva. Essa tarefa será cumprida progressivamente, desde que progressivamente se ofereça ao homem do campo os recursos da ciência e da tecnologia, o crédito e a assistência de que necessita para melhorar as condições de produção e, conseqüentemente, a produtividade na esfera rural.»

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967)

2. GRANDE META DO GOVERNO; APÊLO AO ESFORÇO CONJUNTO DOS BRASILEIROS

«Ninguém ignora as grandes dificuldades com que nos deparamos para promover o desenvolvimento do Brasil e a valorização integral de todos os brasileiros. Mas esta é a meta, não só minha, mas também vossa. Êste o nosso objetivo comum, fazer o Brasil cada vez mais forte, mais unido e mais rico, e fazer os brasileiros mais felizes, libertos da ignorância e da miséria.

Tenho pedido a Deus que me dê forças para que possa cumprir a tarefa que me cabe nessa batalha pelo desenvolvimento de nossa terra e pela felicidade de nossa gente. Mas sou apenas

o dirigente; a vitória sairá do esforço conjunto de todos. Do trabalhador brasileiro quero um crédito de confiança e um compromisso de participação efetiva.»

(Homenagem dos Trabalhadores — Recife — 12 de agosto de 1967).

3. PARA TODOS E, IGUALMENTE, TAREFA DE TODOS. APELO GENERALIZADO EM SEU FAVOR

«O apêlo que faço neste momento aos homens de jornal, de rádio e televisão, como aos empresários e a tôdas as classes, é que se deixem possuir desta mesma consciência e se integrem no esforço de tirar o nosso País da pobreza. O desenvolvimento é para todos e deve ser considerado, igualmente, tarefa de todos».

((Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967)

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

1. NOSSA POSIÇÃO, REAFIRMADA EM PUNTA DEL ESTE; PROPÓSITO DE INCORPORAR OS BENEFÍCIOS DO PROGRESSO

«Levei para a recente Conferência de Chefes de Estado, em Punta del Este, como item de prioridade absoluta em nossa agenda, o problema do desenvolvimento tecnológico da América Latina, que mereceu, felizmente, atenção especial nos debates informais e, afinal, nas decisões comuns dos Presidentes. Na declaração firmada pelos Chefes de Estado americanos, como compromisso solene a que se vinculou o Presidente dos Estados Unidos, evidenciou-se de modo específico o propósito de incorporar os benefícios do progresso científico e tecnológico, para diminuir a crescente diferença que vem separando a América Latina dos países altamente industrializados, em relação às suas técnicas de produção e às condições de vida asseguradas a seus povos.

Meu Governo está vivamente empenhado em concretizar os objetivos daquela Conferência, com os quais se identificam a Escola Profissional Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Nôvo Hamburgo, e a Escola de Curtimento, agora implantada em Estância Velha. O ensino técnico-profissional, associado à pesquisa e à experimentação tecnológica, permitirão ao Vale do Rio dos Sinos acelerar o seu desenvolvimento, preparando as novas gerações e encontrando soluções melhores para os problemas da industrialização do couro».

(Feira Nacional do Calçado — RGS — 29 de abril de 1967).

DIA MUNDIAL DA ALFABETIZAÇÃO

1. SUA INSTITUIÇÃO PELA UNESCO; SENTIDO DA INICIATIVA. NÚMERO DE ANALFABETOS EXISTENTE NO MUNDO

«Na data de hoje, consagrada pela UNESCO, mediante voto unânime dos seus Estados-Membros, como o dia Mundial da Alfabetização, quero que o meu govêrno se associe de maneira solene e profunda às comemorações ora iniciadas no mundo inteiro.

Êste dia não foi instituído como fácil ensejo para festividades superficiais e para a expressão passageira de tropos e clangôres de retórica, mas como fase de um processo duradouro, paciente e eficaz. O fito dêsse processo é atrair a atenção e despertar a consciência de todos os povos e de todos os governos — assim dos países em via de desenvolvimento como dos países desenvolvidos — para a imensa mancha obscura da área coberta pela ignorância e representada por 700 milhões de adultos e 100 milhões de crianças e adolescentes incapazes de utilizar os instrumentos elementares da leitura e da escrita. Nem pode ser esquecido que tal número cresce consideravelmente, cada ano, por força do aumento demográfico, e que a êle deve ser adicionada ainda o contingente — avaliado em cêrca de 200 milhões de crianças — que mal preparadas em escolas de má qualidade, retornam rapidamente à condição de analfabetos».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

2. SIGNIFICADO ESPECIAL PARA O BRASIL; ENSEJO PARA QUE O GOVERNO SE DIRIJA A OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL

«Na conjuntura brasileira, êste Dia Mundial da Alfabetização tem singular significado. De uma parte, como Estado-Membro da UNESCO, fazemos jus a auxílios consideráveis, quer de ca-

ráter técnico, quer de caráter financeiro, e deve ser proclamado que os temos recebido continuamente para vários objetivos de nossa escolha, especialmente a preparação de professores, seu treinamento em serviço e aperfeiçoamento, a instalação e financiamento de um centro tecnológico, missões técnicas para estudos sobre o ensino em vários ramos e graus, especialistas em educação, pesquisadores, etc.

De outra parte, este dia abre ao Governo ensejo a que se dirija, mais uma vez, à opinião pública nacional, a efeito de mobilizá-la, não apenas como um meio de ação, mas também como um processo de dotar a ação de vivo conteúdo espiritual e de comunicar-lhe ímpeto, pertinácia, paciência e duração.

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

DIREITO À EDUCAÇÃO

1. CONSAGRADO PELA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (ONU — 1948); A ALFABETIZAÇÃO COMO FORMA ESSENCIAL É IMEDIATA; ENSINO PROFISSIONAL E SUPERIOR; LIVRE PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL

«Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada a 10 de dezembro de 1948 pela ONU, consagrou o direito à educação, cuja forma essencial e imediata é a alfabetização; estabeleceu o princípio de que o ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso ao estudo de nível superior deve ser aberto a todos em pé de igualdade e em função de seus méritos; e preceituou o direito de todos à livre participação na vida cultural da comunidade, bem como no progresso científico e nos benefícios que dele resultam».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

DIRETRIZES DO GOVÊRNO

1. O PROBLEMA ADMINISTRATIVO É, HOJE, UM PROBLEMA DE EXECUÇÃO; O BRASIL POSSUI VASTA CÓPIA DE PLANOS DE AÇÃO

«Antes de expor-vos as diretrizes do meu Govêrno, afirmarei a minha convicção de que o problema administrativo brasileiro é, hoje, um problema de execução. Dir-se-ia que a minha sentença é desanimadora porque execução é fase final, decisiva, de que tudo depende, exista ou não exista um plano. Mas essa fase crítica é fatal na evolução administrativa. Há períodos igualmente importantes, que já vencemos. Entre êles o período obscuro em que se ignora a própria existência dos problemas e das dificuldades a enfrentar.

O Brasil dispõe já de vasta cópia de dados e planos de ação. As nossas necessidades são bem conhecidas. Os meios de atendê-las é que são ainda, em muitos casos, apenas obscuramente entrevistos.

É tempo de passarmos, em vários setores, a uma ação inteligente, coordenada, enérgica, perseverante.

A começar pela nossa política exterior, serão as seguintes as diretrizes a que obedecerá o meu Govêrno».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

2. DEFINIDAS NO PROGRAMA ESTRATÉGICO

«Fixamos, antes de tudo, as diretrizes do Govêrno, que vieram a definir-se, formalmente, no nosso Programa Estratégico, mas de fato já orientavam todo o Ministério, internamente, no esforço conjunto para a retomada racional e segura do desenvolvimento do País».

(Prestação de contas do 1.º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

DUPLICAÇÃO DA TONELAGEM NAVAL

1. SE MANTIDOS OS INCENTIVOS, SERÁ CONSEGUIDA EM 4 ANOS

«É possível, nestas circunstâncias — mantidos os incentivos que propiciam a participação das companhias brasileiras privadas, e criados novos estímulos à eficiência da nossa navegação de cabotagem — prever-se que dentro de quatro anos esteja duplicada a capacidade de navios de carga geral no Brasil».

(Assinatura de contratos — Construção Naval — Brasília — 14 de setembro de 1967).

EDUCAÇÃO

1. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO É PROCESSO EDUCACIONAL; CAMPANHA CONTRA O ANALFABETISMO; AMPLIAÇÃO DA REDE

«Não se esquecerá o Governo de que não existe desenvolvimento sem tecnologia, nem tecnologia sem ciência, nem ciência sem educação. Vale dizer: em última análise, o processo de desenvolvimento é um processo educacional.

Fiel a êsse pensamento, a administração multiplicará as oportunidades de educação para todos, e para isso desfechará ampla e vigorosa campanha destinada a erradicar o analfabetismo; a melhorar o nível de ensino em todos os graus; a aumentar o número de escolas industriais e de escolas agrícolas; a utilizar integralmente a capacidade ociosa, quer material, quer didática, das escolas superiores; a ampliar-lhes, quando necessário, as instalações e o número de docentes; a adotar novos processos de avaliação da capacidade dos candidatos à matrícula nessas instituições, para que o País passe a contar com o número de especialistas de nível superior de que necessita; a criar, anexos às Universidades, cursos em que, após consultas ao mercado de trabalho, se preparem técnicos de grau intercalar entre o nível médio e o superior; a promover a preparação e o aperfeiçoamento de professores primários e de professores de escolas normais em grandes centros regionais».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

2. MINORADA A QUESTÃO DOS EXCEDENTES DO ENSINO SUPERIOR; PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

«Minoramos a questão crônica dos excedentes do ensino superior e partimos já para a execução maciça de um Plano Nacional de Alfabetização, destinado a apagar, em alguns anos, uma das nódoas que maculam a nossa civilização».

(Prestação de contas do 1.º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

EDUCAÇÃO E FATO ECONÔMICO

1. CONOTAÇÃO EXISTENTE; O ANALFABETISMO COMO FORÇA CRIADORA DO SUBDESENVOLVIMENTO; VALOR DA ALFABETIZAÇÃO

«Nenhum momento se me afigura mais propício para reafirmar perante o povo a verdade — tão essencial como estranhamente obscura ou desconhecida — de que é impossível isolar da educação o fato econômico, ainda que se não queira admitir a idéia de uma educação específica para o desenvolvimento.

O analfabetismo é uma das forças criadoras do subdesenvolvimento, e talvez das mais vigorosas e mais capazes de produzir efeitos imediatos e mediatos, diretos e indiretos, e dotados de imenso poder cumulativo.

Pela razão contrária, a alfabetização não pode deixar de ser um dos elementos essenciais, talvez o mais vigoroso — de todo modo sempre insubstituível — do complicado processo do desenvolvimento, e não pode deixar de ter lugar culminante na escala de prioridades de qualquer planificação de desenvolvimento.

A alfabetização funcional visa imediatamente o conjunto das atividades econômicas e liga-se intimamente ao mercado do trabalho e ao sistema de formação profissional. Tem de ser considerada como um meio e não como um fim em si: meio que tem por meta o homem como ser moral, intelectual, cívico, social e econômico».

(Dia Universal da Alfabetização — Brasília — 8 de setembro de 1967).

ENERGIA NUCLEAR

1. PROGRAMA DE PESQUISA; UTILIZAÇÃO PARA FINS PACÍFICOS

«Devemos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da Revolução Científica e Tecnológica que abriu para o mundo a Idade Nuclear e Espacial. Nessa nova era que começamos a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência.

O Brasil e toda a América Latina deverão fazer agora uma opção clara e decidida, engajando-se num programa racional e ousado de promoção da pesquisa e das aplicações práticas da ciência. Nesse contexto, a energia nuclear desempenha papel transcendente e é, sem dúvida, o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento, para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas.

Estamos convencidos de que, paralelamente à formação do Mercado Comum regional, deveremos dar passos concretos para iniciar um segundo processo de integração latino-americana em torno da utilização da energia nuclear.

A meta será colocar a serviço da melhoria das condições de vida do povo as forças portentosas que se concentram no átomo. Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que a sua disseminação traria à Humanidade. Impõe-se, porém, que não se criem entraves imediatos ou potenciais à plena utilização, pelos nossos países, da energia nuclear para fins pacíficos. De outro modo, estaríamos aceitando uma nova forma de dependência certamente incompatível com as nossas aspirações de desenvolvimento».

À (Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

2. IMPOSIÇÃO DE UMA TECNOLOGIA MODERNA; DETERMINAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA, INCLUINDO LOCALIZAÇÃO DA 1ª USINA

«Por outro lado, o considerável progresso tecnológico observado, nestes últimos anos, na utilização da energia nuclear para a produção de eletricidade, impele o Brasil, obrigatoriamente, a se atualizar e manter-se preparado para a aplicação de novos e prodigiosos recursos postos ao alcance do homem. Adianto aqui que já determinei ao Ministro das Minas e Energia que, em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, elabore um programa de produção comercial de eletricidade, com base na energia do átomo, incluindo uma recomendação específica em relação à oportunidade, dimensão e local da instalação da primeira usina geradora núcleo-elétrica».

(Discurso de Ilha Solteira — SP. — 29 de junho de 1967).

3. POLÍTICA NACIONAL QUE ESTÁ EM FASE DE ELABORAÇÃO FORMAL, FOI DEFINIDA EM SUAS LINHAS GERAIS NA CONFERÊNCIA DO MÉXICO E EM GENEVRA; MONOPÓLIO ESTATAL

«A Política Nacional de Energia Nuclear estabelecida pelo meu Governo, e ora em fase de elaboração formal, considera que a utilização pacífica da energia atômica será fator preponderante do desenvolvimento nacional, interessando à nossa segurança interna e também à perspectiva de progresso de toda a América Latina. Foi já em estrita obediência às linhas gerais dessa política que o Ministério das Relações Exteriores definiu a posição do nosso País na Conferência do México e na atual Conferência do Desarmamento em Genebra. O Governo brasileiro se reservará o direito de total exclusividade, quanto à instalação e à operação de reatores nucleares, bem como às operações de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minerais e minérios nucleares, materiais férteis, materiais físeis e materiais físeis especiais. Criará condições para a formação, no País e no exterior, do pessoal técnico-científico, especializado no campo da energia nuclear, de níveis médio e superior, na quantidade e nos prazos necessários à pesquisa científica que será intensificada no território nacional».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

4. COOPERAÇÃO COM AS NAÇÕES AMIGAS; COMUNHAO COM A ENERGIA HIDRELÉTRICA

«A determinação de levar o Brasil a integrar-se na era atômica implica ainda uma vontade de cooperação com as nações amigas e não importa, evidentemente, descuido no esforço pela conquista das fontes convencionais de energia. Esta cerimônia é prova da afirmação. O financiamento que ora se concretiza, o maior — ao que estou informado — até hoje concedido pelo BID, vai somar-se à contribuição das Centrais Elétricas Brasileiras e a outros finaciamentos externos, permitindo que esta monumental usina da Ilha Solteira, dentro de poucos anos, e em conjunto com sua irmã de Jupiá, leve o progresso a todos, num raio de mais de 600 quilômetros. Estará consideravelmente reforçado o sistema da região, alargando-se a perspectiva de desenvolvimento de todos os setores da atividade humana, na cidade e no campo».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

5. SEU APROVEITAMENTO PACÍFICO; ASSOCIAÇÃO REGIONAL COM ESSE OBJETIVO

«Esta iniciativa histórica abrirá, além disso, oportunidade paralela para uma associação regional que vise ao aproveitamento pacífico da energia nuclear. Poderemos encontrar nessa cooperação um instrumento para a modernização de nossas sociedades e sua emancipação definitiva».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta del Este — 12 de abril de 1967).

ESPAÇO NACIONAL E TEMPO SOCIAL

1. VIVEMOS NUM MESMO ESPAÇO PORÉM EM OUTRO TEMPO SOCIAL

«Existe inegavelmente uma clivagem profunda na sociedade brasileira. Essa clivagem vai-se alargando e aprofundando em fôssos, que a todos nós incumbe remediar urgentemente. O que mais me impressionou em minhas peregrinações pelo Brasil foi essa divisão da sociedade brasileira. Mais de uma vez tive a impressão, que ainda conservo, de que vivemos todos no mesmo espaço nacional, não, porém, no mesmo tempo social. É como se, vivendo na mesma época, não fôssemos contemporâneos. A miséria domina largos segmentos da população brasileira. Ora, se, na palavra de São Francisco de Assis, não pode florescer virtude na miséria, cabe perguntar se uma democracia poderá vicejar na pobreza».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

ESTUDANTES

1. SABE DOS RESENTIMENTOS AINDA EXISTENTES; MAS CONHECE AS VIRTUDES DOS JOVENS; PROMESSAS

«Sei, com pesar natural, que persistem ressentimentos com que determinada parcela de moços, notadamente de estudantes, sempre considerou a Revolução.

Mas sei também que o generoso coração da juventude e a sua capacidade de crença e boa-fé têm sido arditamente postos à prova por falsos estudantes e falsos democratas, que, tendo em mira os seus próprios interesses e finalidades políticas, buscaram — e conseguiram, talvez em grande parte, — indispor-los com a Revolução e com o Governo.

Não é nada difícil a esses falsos democratas convencer a sensibilidade aguda e viva dos jovens de que uma atitude geral, ditada por um estado de emergência, foi uma atitude parcial que visou especialmente um certo grupo de pessoas; de que foi pura invencionice governamental tudo quanto se apurou contra pretensos estudantes, inclusive a malversação de recursos destinados aos estudantes autênticos; de que os preceitos legais que os atingiram não visavam ao restabelecimento da ordem subvertida e da lei, que deixara de ser lei, pois não mais era obedecida.

O que asseguro a todos os estudantes do Brasil é o restabelecimento da ordem democrática, é a minha profunda fé na juventude estudiosa do meu País, no seu idealismo, no seu sentimento do Brasil, na sua inteligência e na sua cultura, e, por igual, o meu propósito de tudo fazer para dar forma concreta e imediata às suas nobres aspirações, que terão em mim, desde agora, executor e defensor dedicado, firme e leal.

Desejo que estas palavras sejam tomadas como penhor da convicção cordial de um homem que conhece o valor e a significação dos estudantes na preparação do futuro da Pátria».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

FIDELIDADE À HISTÓRIA

1. A DIFÍCIL TAREFA DE GOVERNAR PRESUPÕE ESSE COMPROMISSO

«A complexa e relevante tarefa de dirigir uma Nação pressupõe, realmente, o compromisso de fidelidade à sua história pelo que, aos governantes se impõe o dever de estimular o patriótico esforço daqueles que a estudam, com seriedade e profundidade, na vigília da pesquisa e no imparcial testemunho dos arquivos.

É de alta sabedoria, por isso mesmo, o clássico conceito de Boussuet, para quem o estudo da História deve constituir elemento indispensável da arte de governar».

(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio — 30 de agosto de 1967).

FINANCIAMENTO DO BID

1. EXPRESSÃO DE QUE A CONSCIÊNCIA DAS RESPONSABILIDADES COMUNS COMEÇA A FRUTIFICAR

«O contrato de financiamento que ora firmamos, dadas as circunstâncias excepcionais em que foi elaborado e trazido até nós — pela primeira vez em toda a história do BID —, tem para mim a expressão de um sinal de que a consciência de nossas responsabilidades comuns, tão bem evidenciada na última Conferência de Punta del Este, começa a dar frutos em nosso Continente. É altamente expressiva, para o dimensionamento desta solenidade, a presença do Senhor Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como a dos Senhores Embaixadores de países amigos, dois dos quais assinalam aqui o sentido extracontinental de nossos esforços e de nossa visão do mundo democrático».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

GOVERNO PARA O POVO

1. QUE NÃO SERÁ, NECESSARIAMENTE, UM GOVERNO POPULAR MAS QUE NÃO O ENGODARÁ E TRABALHARÁ SEMPRE EM SEU BENEFÍCIO

«Por essas razões, assevero com firmeza: este que ora se inaugura, poderá não vir a ser um governo popular, mas será, sem sombra de dúvida, um governo para o povo no sentido mais profundo da expressão.

Poderá não vir a ser um governo popular, por que não requerará, em nenhuma hipótese, o favor público, na medida em que alcançá-lo implique transigências com princípios fundamentais: falsidades, mistificações, defraudamento dos interesses do povo.

Será um governo para o povo, porque buscará, em suas necessidades mais agudas, as inspirações indispensáveis às medidas e aos atos pelos quais a administração se exprimirá.

Dêsse pensamento farei preceito constante do Governo, e ele prevalecerá ainda quando possa parecer diversamente, pois é da natureza do ato governamental revestir-se, por vezes, aos olhos do povo, da falsa aparência de achar-se dele divorciado, a despeito de ter em mira exclusivamente o bem geral. Nem sempre o melhor assume feição de amável popularidade, e este Governo, que é do povo, não engodará o povo, quaisquer que sejam as exigências dêsse difícil jogo de contingências e imprevistos, que compõem a administração pública e a vida política e social do País».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

GOVERNO SEM AUTORIDADE

1. RISCOS E PERIGOS

«Govêrno sem autoridade não merece o nome que ostenta, e a autoridade não existe sem os meios que assegurem a sua afirmação. Êsses meios só constituiriam perigo para a liberdade se exercidos sem cautela, sem prudência e sem sentimento público. Em tal caso, não apenas êsses, mas quaisquer poderes são suscetíveis de transformar-se em armas perigosas. Não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e para o despotismo é que os cria e nutre».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

HOMEM

1. CENTRO DAS SOLUÇÕES DE TODOS OS PROBLEMAS NACIONAIS

«Assim, todos os esforços governamentais constituirão um sistema de direções convergentes, cujo ponto de chegada será sempre o homem, suas necessidades cruciais de saúde, educação, cultura e conforto; o homem, suas aspirações, seus ideais, sua confiança em si mesmo e naqueles a quem delegou a direção do seu destino.

O homem será, portanto, neste Govêrno, o centro das soluções de todos os problemas nacionais».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967.

2. SUA PROMOÇÃO E DIGNIDADE; OBJETIVOS DESDE PERO VAZ CAMINHA

«O velho Pero Vaz, em sua muito famosa mas não tanto conhecida Carta, foi vítima de uma dessas citações mutiladas, que chegou, de tão repetida, ao constrangimento do lugar comum, quando deu notícia de uma terra de tal modo graciosa que, «querendo-a aproveitar», tudo dela seria obtido. Mas já aí mesmo, nesse texto antigo de quase quinhentos anos, estava expresso o supremo interêsse, o mais alto objetivo dos governos modernos, humanos e responsáveis.

«Contudo — advertiu o escrivão de Cabral a Dom Manuel, referindo-se aos índios — «o melhor fruto que dela se pode tirar, parece-me que será salvar esta gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar».

É verdade que o cronista aludia à salvação espiritual dos indígenas, para «acrescentamento de nossa fé». Hoje a idéia de salvar não dissocia os dois domínios do progresso humano: o material e o espiritual. Paulo VI, em sua última Encíclica, nunca por demais lembrada, sanciona o nosso entendimento do problema quando sentencia que o desenvolvimento «não se reduz a um simples crescimento econômico», e que, para ser autêntico, «deve ser integral, de modo a promover todos os homens e o Homem todo».

Promover o Homem todo, em nosso caso, outra coisa não é senão dar-lhe a base física de sustentação de sua natural preferência pela liberdade e pela vida cristã. É isto o que quero para o Nordeste, porque é isto o que quero para o Brasil».

(Encerramento das atividades do Governo no NE — Recife — 12 de agosto de 1967).

3. GRANDE META; PONTO DE CONVERGÊNCIA DE PLANOS E ATOS DO GOVERNO; O DESENVOLVIMENTO A SEU SERVIÇO

«E a mim, que para a minha honra, fui eleito concretizador desses ideais caberá cumprir — como o venho fazendo — a minha sempre repetida afirmação de que o Homem é a grande meta.

O homem, fulcro e ponto de convergência de todos os planos e atos do meu Governo.

E, o desenvolvimento que estamos promovendo — nosso objetivo básico e de todos os momentos — estará sempre a serviço do progresso social para a valorização constante do homem brasileiro».

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

HUMANISMO SOCIAL

1. O RESPEITO AO HOMEM, EM TÔDAS SUAS FACETAS

«Aquilo a que chamei, num dos meus pronunciamentos, humanismo social, será, em verdade, a raiz mais profunda do meu Governo. Nessa expressão pretendi condensar o meu pensamento fundamental acêrca da política geral e da política administrativa, que é minha aspiração traduzir em atos efetivos. Esse conceito levará o Governo a ter por objetivo essencial o homem individualmente, como pessoa, como sensibilidade, como expressão intelectual e moral, e não apenas como uma abstração ou elemento numérico do corpo social».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

IDEAIS ADOTADOS PELO BRASIL

1. LIBERDADE, PROGRESSO E RESPEITO AOS DIREITOS DO HOMEM. PIONEIRISMO DE NOSSO PAÍS, NESSAS AFIRMAÇÕES. OBRIGAÇÃO DE HONRAR ESSES ANTIGOS COMPROMISSOS

«Há mais de século e meio adotamos, neste Continente, com entusiasmo e em caráter pioneiro, ideais de liberdade, de progresso e de respeito aos direitos do homem.

Aqui estamos, como legítimos legatários, para honrar as responsabilidades decorrentes daqueles solenes compromissos dos fundadores de nossas nacionalidades. Não podemos nem desejamos adiar o cumprimento integral dessa missão histórica e temos plena consciência do sacrifício até agora imposto aos nossos povos pelo atraso e pela estagnação. Tal sacrifício vem sendo imensamente maior do que o custo social das transformações estruturais indispensáveis para vencer o subdesenvolvimento».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta del Este — 12 de abril de 1967).

ILHA SOLTEIRA

1. OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA CONSTRUI-LA. A ELEVACÃO DA CAPACIDADE GERADORA DURANTE O GOVERNO ATUAL. OUTRAS USINAS

«Os recursos externos obtidos para a construção da grandiosa Usina de Ilha Solteira — que sòzinha já seria empreendimento de envergadura mundial — estão contidos num programa coerente, em plena execução, cujo objetivo é elevar, até o fim do meu mandato, de 8 para 12 milhões de quilowats a nossa capacidade geradora. Nada menos de 30 usinas serão até lá construídas ou ampliadas, destacando-se os projetos de Estreito, Jupia, Ilha Solteira, Jaguará, Santa Cruz, Paulo Afonso e Passo Real».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

IMPORTAÇÃO DO GADO REPRODUTOR

1. LEVADO A CABO PELOS UBERABENSES PARA MELHORAR AS QUALIDADES DE NOSSO REBANHO; APRIMORAMENTO DOS MÉTODOS DE CRIAÇÃO; O ZEBU

«Falar em *importação* é limitar a compreensão correta do vosso trabalho de pioneiros, só explicável pela herança de audácia e espírito de sacrifício que vamos encontrar na história d'êste Município. Se todos sabem que enriqueceste a economia nacional, aprimorando os métodos de criação e produzindo um rebanho que pode ser considerado o orgulho da pecuária brasileira, nem todos se apercebem do grande feito de que participaram os uberabenses, que singraram os mares para ir buscar às Índias, pessoalmente, ao longo de muitos anos, aquêles exemplares que acabaram gerando o zebu, através de incessantes seleções genéticas que ainda o desdobraram no hindu-brasil, no gir, no nelore e no guzerá. A rusticidade, como fator de resistência, e a precocidade, como fator de rendimento econômico, deram ao produto do vosso esforço a condição ímpar de centro dos programas de renovação dos nossos rebanhos, que necessitam hoje, apenas, de uma política racional de amparo aos produtores para que atendam, neste setor, a tôdas as necessidades nacionais».

(33ª Exposição — Feira Agropecuária de Uberaba — MG — 3 de maio de 1967).

INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

1. QUE PODE SER CRIADA NO PARANÁ; EM QUE CONDIÇÕES; CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS

«Mas, Senhores, ante a maravilha que é a fecunda realidade desta região, desejo concitar-vos a empreendimentos mais altos e de maior envergadura.

Por que não criar aqui mesmo, neste N. O. paranaense, unidades industriais agropecuárias, nas quais sejam industrializados os produtos da terra — como o milho, a soja, o amendoim, o algodão — e obtido por transformações industriais, no local, produtos acabados?

Em vez de transportar aos centros consumidores os produtos primários da terra, por que não industrializá-los aqui mesmo, fabricando óleos, tortas, alimentos e laticínios, criando e abatendo suínos e aves; industrializando-os para a produção de presuntos e enlatados diversos; refrigerando-os para a exportação ou para o abastecimento de mercados internos, ávidos desses produtos?

Será o primeiro passo para a criação da indústria rural, tão próspera em países adiantados como a Alemanha, a França, os Estados Unidos e o Japão.

Plantadores e criadores de uma mesma área, reunidos em cooperativas, poderiam promover o aproveitamento industrial de seus produtos na própria região. Seriam criadas comunidades industriais agropecuárias, que se desenvolveriam rapidamente, proporcionando trabalho e emprego, riqueza e prosperidade na zona rural. Aliás é esse um dos principais itens do temário da próxima reunião de cúpula de Punta del Este».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

INDÚSTRIA DOS COUROS NO RGS

1. PUJANÇA, ESTAGIOS; NÚMERO DE UNIDADES FABRIS; QUANTIDADE DE CALÇADOS PRODUZIDA; HISTÓRIA; PERSPECTIVAS

«Esta Exposição demonstraria eloqüentemente, ao menos informado dos visitantes, a pujança da economia do Rio Grande do Sul, em cujo panorama a indústria de couros se destaca, pelo seu crescimento, como das mais importantes no elenco industrial do País. Cada vez que retorno ao meu Estado, tenho a alegria de verificar que a indústria coureira se moderniza rapidamente, aprimora a qualidade de seus produtos e já se coloca em condições de competir nos mercados internacionais.

Os couros gaúchos conquistaram, já há muitos anos, mercados no exterior. Hoje se apresentam em numerosos países como testemunho do avanço de nossa indústria, que aos poucos elimina as diferenças de nível tecnológico notadas entre nossos curtumes e as indústrias similares localizadas nos centros tradicionais da Europa. Na medida que pudermos incrementar no exterior as vendas dos nossos couros curtidos, estaremos contribuindo para atingir um dos objetivos de meu Governo, que é a diversificação da pauta de exportações, colocando-se além de nossas fronteiras produtos manufaturados, isto é, produtos aos quais se agrega, além da qualidade da matéria prima, o valor do trabalho empregado em sua elaboração.

O estágio seguinte do processo de desenvolvimento da indústria de couros no Rio Grande do Sul, no qual se deve assinalar como importante marco a instalação da Escola de Curtimento que teve a honra de inaugurar, há de ser, provavelmente, a exportação de calçados. O Vale do Rio dos Sinos contará com o incentivo do Governo Federal para que os produtos acabados de sua indústria

possam ingressar, em termos realísticos, no mercado internacional, criando-se, assim, nova fonte de riqueza para o Rio Grande e o Brasil.

Verifico nesta terceira FENAC que isto se tornará viável dentro de poucos anos, pois a indústria gaúcha de calçados, representada por mais de 600 unidades fabris, das quais a quase totalidade se concentra nesta área, apresenta notável progresso no que toca, também, à beleza de linhas, a qualidade e à finura de acabamento de seus produtos. Os 17 milhões de pares que já produzis atestam a vossa capacidade, que no próprio mercado interno encontrará um grande escoadouro, na medida que o processo de desenvolvimento global do País — o ponto de referência de todos os atos de meu Governo — fôr incorporado à civilização as populações descalças que ocupam vastas áreas do território nacional.

A história do crescimento da indústria de calçados é bem conhecida de todos nós, e, sobretudo, não precisaria ser repetida a nenhum de vós, que cobristes até aqui a rota mais difícil, vencida pelo esforço, pelo espírito progressista e pelo trabalho perseverante dêste povo. Das pequenas unidades artesanais, surgiram empresas modernas representadas na variedade, no vigor e na beleza desta Exposição. Desejo prestar homenagem especial aos pioneiros da indústria do couro, cujo esforço criador deu origem a esta comunidade de trabalho e harmonia social, de que todos nos orgulhamos.

«Estou certo de que o futuro reserva lugar ainda mais destacado a essa indústria em nosso País. Paralelamente às possibilidades do nosso mercado interno, que tende a se ampliar, as melhorias de produtividade que forem sendo obtidas nesse setor permitirão custos e preços menores, como fatores de absorção dos vossos produtos pelos consumidores brasileiros. Dou ênfase especial à necessidade da melhoria de produtividade na indústria, de um modo geral, pela incorporação da tecnologia moderna e pelo emprego das modernas técnicas de produção e administração, para que obtenhamos melhores resultados na atividade manufatureira».

(Feira Nacional do Calçado — RGS — 29 de abril de 1967).

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

1. FREAMENTO DA INFLAÇÃO: ALÍVIO DAS CLASSES EMPRESARIAIS E ASSALARIADAS; REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS E OUTRAS MEDIDAS. DIMINUIÇÃO DO RÍTMO DO CUSTO DE VIDA

«Atacamos, simultaneamente, os problemas tidos como menores e os que dizem respeito à infra-estrutura econômica, orientados sempre pelo valor do desenvolvimento integral. Fizemos, assim, grande progresso no freamento da inflação, adotando medidas paralelas de alívio das classes empresariais e das classes assalariadas. Prorrogamos o prazo para recolhimento do imposto sobre produtos industrializados, instituímos a Duplicata Fiscal, reduzimos a taxa de juros do Banco do Brasil, ao mesmo tempo que elevamos o teto de isenção do Imposto de Renda, limitávamos os índices de aumento dos aluguéis e fixávamos o resíduo inflacionário para os reajustamentos salariais.

Como resultado do conjunto das medidas postas em prática, das quais citei apenas algumas, tivemos a satisfação de constatar que o ritmo de elevação do custo de vida se reduziu de modo notável atingindo apenas 19,7% até agosto, quando no mesmo período, no passado, se elevara a 32,7 por cento».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

INSTALAÇÃO DO GOVERNO EM RECIFE

1. OBJETIVO; EXISTÊNCIA DE PROJETOS PRIORITARIOS, DECRETOS E CONVÊNIOS, COMO PROVAS DE QUE AS NECESIDADES NORDESTINAS ESTÃO NA PRIMEIRA LINHA DE PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO. DESEJO DE CRIAR UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTAVEL, A SERVIÇO DA VALORIZAÇÃO DO HOMEM NORDESTINO

«Se me perguntassem o que pretendi com a instalação do Govêrno da República no Recife — para cá transferindo de fato, e não apenas simbolicamente, o centro das decisões político-administrativas do Brasil — eu responderia que desejei, antes de tudo, trazer-vos a prova de que vossas necessidades se encontram na primeira linha de nossas preocupações. Mais concretamente — porque de palavras já padecem os ouvidos nordestinos de saturação secular — responderia que vim demonstrar-vos a viabilidade das diretrizes traçadas no nosso Programa Estratégico, do qual o Nordeste é a principal e constante inspiração.

Mas se o traçado daquelas diretrizes ainda pudesse nutrir vossas velhas desconfianças na ação do poder central, aqui estariam elas dissipadas, neste momento, com a simples enumeração dos projetos prioritários, decretos e convênios, há pouco anunciados pelo Senhor Ministro do Planejamento. O exame dêsses atos, por menos atento que fôsse, demonstraria o caráter concreto dos objetivos definidos no Programa Estratégico, assim como a coerência que pretendo guardar entre êste e a ação de cada um dos setores do Govêrno, em relação ao Nordeste: primeiro, criar um processo de desenvolvimento auto-sustentável para a região; segundo, inseri-lo no contexto do desenvolvimento nacional, com a criação de um mercado interno integrado; e por fim (*quero dizer como o objetivo dos objetivos*) colocar o desenvolvimento a

serviço do progresso social, da valorização do homem nordestino — a vossa principal riqueza. Aos que pudessem insistir, de boa fé, nos equívocos dos primeiros dias de implantação do movimento de 31 de março, conviria lembrar que foi a partir da Revolução de 1964 que os planos diretores da SUDENE passaram a acentuar a presença dos aspectos sociais, e não apenas econômicos, do desenvolvimento desta área».

(Encerramento das atividades do Governo no NE — RECIFE — 12 de agosto de 1967).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

1. RECONHECIDO COMO DE UTILIDADE PÚBLICA

«É, por isso, que, no meu entender, já um tanto tardiamente, o Governo da República, por mim representado neste momento, e sob referendun do ilustre Ministro da Justiça, emérito jurista e valoroso homem público, Dr. Gama e Silva, resolve em Decreto hoje assinado, reconhecer de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio — 30 de agosto de 1967).

2. PROMESSA DE COLABORAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS, EM PARTICULAR DO PRESIDENTE

«Obra de tal magnitude exige, entretanto, a mais ampla e generosa colaboração dos poderes públicos, quer da União, como do Estado.

A Constituição da República, em vigor desde 15 de março último, repetindo o Art. 174 da de 1946, estabelece em seu Art. 172 que o amparo à cultura é dever do Estado».

Ao expressar os meus agradecimentos a esta Benemérita Instituição, a honraria com que me distinguiu e que acaba de me conferir, desejo afirmar que não esquecerei os deveres e encargos que assumo como seu Presidente Honorário, e os que me pesam sobre os ombros como Presidente da República».

(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio — 30 de agosto de 1967).

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: O BRASIL

1. APÓIA A INTEGRAÇÃO ENTRE OS LATINO-AMERICANOS

«Estamos dispostos a apoiar o processo da integração econômica latino-americana».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta de Este — 12 de abril de 1967).

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1. AFINIDADES QUE A JUSTIFICAM; MESMO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO; INTEGRAÇÃO QUE TAMBÉM É ESPIRITUAL E SOCIAL; PROCESSO IRREVERSÍVEL QUE ESTÁ EM MARCHA; SUA CONTRIBUIÇÃO A PAZ UNIVERSAL

«Com os países da América Latina, temos afinidades naturais e profundas, a que se soma a solidariedade decorrente do estágio similar de desenvolvimento. Sobre essa base, pretendemos construir o grande edifício da integração regional — gigantesco complexo econômico que alcançará meio bilhão de habitantes, antes do fim do século. Não só a integração econômica regional, mas, essencialmente, a espiritual e social, para a unificação da família humana — neste continente.

A integração da América Latina, — para evocar palavras proferidas por S. S. o Papa Paulo VI, anteriormente à divulgação da Encíclica *Populorum Progressio*, — é um processo em marcha e de caráter irreversível. Constitui-se num instrumento indispensável para o desenvolvimento harmônico da região e marca uma etapa fundamental para a unificação da família humana. Nas atuais circunstâncias de crise e consolidação das relações políticas, econômicas e sociais, a integração da América Latina é uma contribuição essencial à paz mundial. Mas, para a consecução deste altíssimo desideratum, — adverte Sua Santidade, — será necessário despertar as consciências, face a dificuldades tais como: os nacionalismos individualistas, que ignoram o bem comum latino-americano; o egoísmo dos grupos e classes, que subordinam aos seus interesses particulares o desenvolvimento do Continente; os setores e grupos econômicos que podem exercer uma influência negativa nas áreas integradas, subordinando os valores espirituais aos interesses materiais».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

INTERLIGAÇÃO DE NOSSOS SISTEMAS ELÉTRICOS

1. COMO PRIORIDADE E COM OS PAISES VIZINHOS

«Mantendo em linha de prioridade a interligação dos diversos sistemas elétricos nacionais, continuaremos também empenhados em estimular o intercâmbio de eletricidade com os países vizinhos, notadamente o Uruguai, o Paraguai e a Argentina; e em participar dos projetos de aproveitamento integrado de bacias multinacionais, com o desejo mais sincero de colaborar para o desenvolvimento econômico da área em que vivemos. Nesse esforço haveremos de encontrar ao nosso lado o Banco Interamericano de Desenvolvimento e seu ilustre Presidente. Continuaremos a atribuir ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos *posição de destaque no programa de desenvolvimento* das fontes de energia, sem descuidar da utilização de combustíveis fósseis, de que o Brasil tem reservas».

(Discurso de Ilha Solteira — SP — 29 de junho de 1967).

JAPÃO DE HOJE

1. REPRESENTANDO UM INCENTIVO AOS PAÍSES JOVENS

«O Japão de hoje representa um incentivo aos países jovens que buscam a prosperidade material, trilhando os caminhos do progresso e do desenvolvimento, à medida que a técnica, a serviço da ciência, vai incorporando novas riquezas ao patrimônio das nações».

(Visita do Príncipe Japonês — Brasília — 22 de maio de 1967).

JUSTIÇA SOCIAL

1. É CHEGADO O MOMENTO DE UMA DIVISÃO EQUITATIVA DOS SACRIFÍCIOS

«É chegado o momento de uma eqüitativa divisão de sacrifícios em benefício geral do País: o povo — a grande massa de pobres — vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte dêsse peso mude de ombros e recaia em compleições mais aptas a suportá-lo.

É imperioso que todos assumam parte dos ônus gerais da Nação, por forma que os pobres emergjam das condições sub-humanas em que ora estão mergulhados e venham, por fim, a ter menos doenças, mais casas de moradia, mais escolas, algum conforto».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

LIBERDADE DE IMPRENSA

1. UM DOS PRESSUPOSTOS DA DEMOCRACIA; O ACESSO DO POVO AS FONTES DE INFORMAÇÃO; FIDELIDADE A ESSA LIBERDADE ATÉ O ÚLTIMO DIA DE MANDATO

«A liberdade de imprensa é um dos pressupostos da democracia. Procurarei torná-la efetiva, na medida em que o Govêrno assegure, como pretende, o acesso constante às fontes de informação, para que o povo possa saber o que estamos fazendo e julgar mais acertadamente os nossos atos.

Creio que nenhum jornal brasileiro, de qualquer latitude ou posição política, deixará de reconhecer que a liberdade de imprensa continua a ser assegurada até aqui, plenamente, assim como afirmo que a ela serei fiel até o último dia de meu mandato. Se o direito à informação — segundo as grandes vozes modernas que continuam a sustentar as vantagens inumeráveis do sistema democrático — é condição básica para a efetividade da liberdade de imprensa, então êste simples encontro com os homens de jornais, televisão e rádio, constituiria uma demonstração prática do empenho que acabo de enunciar».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

MEDIDAS DO GOVERNO EM FAVOR DO NORDESTE

1. ENUMERAÇÃO DAS PRINCIPAIS

“Todos vós tereis tido notícias peols jornais das medidas tomadas ou deliberadas, em todos os setores da administração pública, especificamente destinadas ao desenvolvimento do Nordeste. Não cabe aqui um relato completo mas quero, para dar uma idéia da importância das deliberações tomadas, lembrar uns poucos exemplos:

- Foi assinado acôrdo para a ampliação do Pôrto do Recife.
- Foi determinado o asfaltamento da BR-232, que penetra o sertão de Pernambuco.

- Foi assinada a Declaração do Nordeste, que fixa o programa de política administrativa para tôda a região.

- Foi assinado no Banco Nacional de Habitação convênio para a construção de 7.817 casas.

- Foi liberado pelo Ministério da Fazenda o crédito de 110 milhões de cruzeiros novos para a Sudene.

- Foi feita pelo Banco do Nordeste do Brasil a aplicação de 85 milhões de cruzeiros novos.

- Foi deliberada a instituição da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba.

- Foi assinado com a Cruzada A.B.C. convênio para alfabetização de 2 milhões de adultos.

- Foi feito acôrdo para conjugação de esforços no sentido de racional e ampla explanação dos recursos minerais do Nordeste.

- Foi planejada a criação de uma Faculdade de Agronomia no Rio Grande do Norte.

Estes apenas, como disse, alguns exemplos respigados na farta messe que, mercê de Deus, logramos colher no Recife».

(Homenagem dos Trabalhadores — Recife — 12 de agosto de 1967).

MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO

1. O MERCADO CONTARÁ COM O APOIO DO BRASIL; DEVERÁ SER CONSEGUIDO PELOS APERFEIÇOAMENTOS DA ALALC E DO MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO; POSSIBILIDADE A COOPERAÇÃO DOS E. U. A.

«A decisão histórica de instituir um mercado comum latino-americano deverá ser tomada próximamente e contará com o mais decidido apoio do Brasil. A criação de um espaço econômico mais amplo é indispensável à maioria dos países do Continente para que possam realizar as aspirações do progresso e bem-estar dos seus povos. Temos plena consciência da complexidade do processo de integração e do esforço que será requerido de cada um de nossos países. Por essa razão, entendemos que o processo deve ser progressivo e através do aperfeiçoamento e convergência dos mecanismos existentes, — a ALALC e o Mercado Comum Centro Americano. Tal processo constitui responsabilidade essencialmente latino-americana. Devemos iniciá-lo com pleno conhecimento de seus efeitos e com firme determinação de levá-lo a bom termo.

O Brasil vê nesse processo associativo um meio seguro de conferir caráter eminentemente positivo à solidariedade latino-americana e de reforçar substancialmente a própria solidariedade hemisférica. Com efeito, abrem-se novas e significativas oportunidades à cooperação dos Estados Unidos com os demais países do Continente. Refiro-me, de modo particular, ao financiamento do comércio intra-latino-americano e de projetos multinacionais de infra-estrutura, que constituirão a base física da integração».

2. SUA PROMOÇÃO ENTRE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

«Senhores Presidentes: a arrancada para a prosperidade requer ação conjunta e solidária, mas constitui, essencialmente, uma responsabilidade nacional de cada um de nossos países.

Assumi com o Brasil o compromisso de dedicar tôdas as minhas energias à elevação das condições de nosso povo e de assegurar-lhe a plena satisfação de suas aspirações democráticas, num clima de estabilidade e de paz.

Estamos, assim, decididos a realizar o desenvolvimento nacional e a unir esforços aos dos países latino-americanos para promover a formação de um Mercado Comum. Nesse empreendimento, buscaremos somar riquezas, não integrar dificuldades».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta Del Este — 12 de abril de 1967).

MISÉRIA

1. A LUTA CONTRA ELA SERÁ UMA DAS METAS DO GOVERNO

«A luta contra a miséria será uma das metas dêste Govêrno, e para ela conto com a compreensão cordial e o apoio caloroso de todos. É na vitória contra a pobreza que se encontra a vitória da paz. A sociedade não existe sem o homem, e o homem não deixa de ser a finalidade essencial da sociedade e, portanto, do Estado».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

MISSÕES E TAREFAS DAS FÔRÇAS ARMADAS

1. ENUMERAÇÃO; APELO

«Eu as vi ao lado do povo, nas jornadas difíceis da Revolução, para salvar o Brasil. Vi-as, também, socorrer o povo nas calamidades do Nordeste, do Rio Grande do Sul, da Guanabara e de Caraguatatuba, em São Paulo. Sou testemunha da sua grande colaboração nos programas do Governo para a alfabetização do homem brasileiro e para a assistência social, sobretudo nas regiões inóspitas e nas fronteiras longínquas.

E tôdas essas missões de caráter humanitário, visando ao fortalecimento da Nação, as Fôrças Armadas as cumprem com entusiasmo e devotamento, sem prejudicar a mais alta e precípua, que é a defesa da soberania da Pátria, das Instituições e da ordem.

Por isso é que, nesta oportunidade, em que a Nação comemora mais um aniversário da sua Independência, julgo do meu dever dirigir-lhes a saudação do Governo e concitá-las a prosseguir nessa benemérita contribuição complementar que agora, mais do que nunca, delas reclama e espera o Brasil».

(Dia da Independência — Mensagem às Fôrças Armadas — 7 de setembro de 1967).

NAÇÕES UNIDAS

1. O BRASIL CONTINUARÁ A DAR PLENO APOIO PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS GRANDES OBJETIVOS

«O Brasil continuará a dar pleno apoio à consecução dos grandes objetivos das Nações Unidas: a paz e a segurança internacionais, a liquidação do colonialismo e a criação de condições propícias ao desenvolvimento econômico e social.

Continuaremos a emprestar nossa cooperação às operações de paz empreendidas pela ONU. No âmbito da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, pleitearemos com empenho o cumprimento das resoluções destinadas a rever as bases do sistema de trocas internacionais. Apoiaremos as medidas de desarmamento como meio de fortalecer a segurança geral, liberando recursos para financiar o desenvolvimento. Estaremos, assim, contribuindo para eliminar uma das grandes fontes de tensões internacionais que é a divisão do mundo no sentido Norte-Sul».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

NEUTRALISMO

1. NÃO TEM SENTIDO NA ÉPOCA ATUAL; SÓ NOS DEVE GUIAR O INTERESSE NACIONAL

«Ante o esmaecimento da controvérsia Leste-Oeste, não faz sentido falar em neutralismo nem em coincidências e oposições automáticas. Só nos poderá guiar o interesse nacional, fundamento permanente de uma política externa soberana».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

NORDESTE

1. POLÍTICA INTEGRADA EM SEU FAVOR; TESTEMUNHO INSUSPEITO DE D. HELDER CÂMARA

«Levamos ao Nordeste os frutos de uma política integrada, destinada a acelerar o ritmo de desenvolvimento da região, que já foi contemplada com 25 por cento dos projetos e recursos do BNDE, contra 15 por cento destinados ao Sul. Em consequência da orientação revolucionária, sensível já no Governo do meu grande e saudoso antecessor, Presidente Castello Branco, pela primeira vez em sua história atormentada sentiram os nordestinos a presença palpável e sincera do Governo da União, realmente preocupado em recuperá-los e integrá-los de fato na economia nacional. Tive a alegria de ouvir isto mesmo, por outras palavras, da voz insuspeita de D. Helder Câmara, pela qual vinha o Nordeste exprimindo a sua impaciência e o seu inconformismo».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

NORUEGA

1. UM EXEMPLO EDIFICANTE PARA O MUNDO MODERNO. IN- FORMAÇÕES ECONÔMICAS, ÉTNICAS E PSICOSSOCIAIS. FOR- MAÇÃO HISTÓRICA

«A Noruega se apresenta hoje como exemplo edificante de um país que soube vencer a natureza para domá-la e colocá-la a serviço do homem, constituindo um remanso de paz no mundo conturbado de nossos dias, por haver organizado uma comunidade economicamente desenvolvida e socialmente equilibrada; e por ter chegado — em virtude da constância com que experimentou e aperfeiçoou suas instituições — a uma organização política em que os Podêres do Estado coexistem, respeitam-se e completam-se, em perfeito sistema de atendimento das necessidades e aspirações do povo.

Uma das nações mais felizes da terra, veio de atividades primárias, como a pesca e a agricultura, para exibir um alto nível de progresso industrial, com os índices mais elevados de produção de energia elétrica *per capita* da Europa. Mas seu processo de desenvolvimento — eis aqui um segundo ponto de contato entre os nossos países — é fruto do século XX e só pela experiência histórica se liga à Revolução Industrial. Ainda aí temos que nos debruçar, respeitosamente, sobre o seu exemplo, pois também nós buscamos o desenvolvimento moderno sem os preconceitos ideológicos do século XIX, de modo a alcançá-lo, sem qualquer prejuízo da liberdade e dos direitos humanos; antes concebendo-o, tal qual o fizeram os noruegueses, como caminho e instrumento para a edificação de uma sociedade livre.

«A composição étnica da população da Noruega, constituída de grupos raciais diferentes que se amalgamaram para adquirir

uma perfeita consciência de unidade, deveria ser indicada como um terceiro ponto de aproximação com o povo brasileiro. Prefiro, contudo, lembrar outro marco de identidade, que será mais grato a Vossa Majestade, evocando a energia dos *Vikings* que levou tão poucos homens a penetrar tão extensas regiões desconhecidas, para trazer de volta à Noruega o tesouro do Evangelho, pelo qual morreu Santo Olavo, um de seus antecessores no trono, e que tamanha influência veio a ter na construção do belo edifício político-social que é o moderno Estado norueguês.

Aqui nos tocamos de nôvo, Majestade, porque é comum aos nossos dois povos a determinação de escalar a montanha do progresso para melhor contemplar a Humanidade, quando alcançarmos no seu cume, em segurança plena, a fonte perene das riquezas espirituais.

Antes que existisse nesta parte do Mundo um projeto de nação organizada, os Vikings nos descobriram ao extremo Norte e perlustraram as terras do Alaska. E mais tarde, por um desses caprichos da História, quando os antepassados de Vossa Majestade decidiram empreender o esforço decisivo para conquistar e consolidar a independência nacional, foi nos ideais da Revolução Americana — fonte comum da História Moderna — que se inspiraram para plasmar a admirável e sábia Constituição que ainda hoje rege a vida e os destinos da Noruega».

(Visita do Rei da Noruega — Brasília — 8 de setembro de 1967).

NORUEGA E BRASIL

1. DESSEMELHANÇAS E AFINIDADES ENTRE OS PAÍSES E POVOS. O ATLÂNTICO; COMO TRAÇO DE UNIÃO

A circunstância de estarmos recebendo pela primeira vez a visita de um Chefe de Estado escandinavo, dá-nos oportunidade de procurar, entre as dessemelhanças afirmadoras da personalidade nacional de cada um, os pontos de contato e afinidade que integram nossos povos numa comunidade de aspirações políticas, econômicas e sociais. Costumam dizer os súditos de Vossa Majestade, a propósito das características da configuração geográfica de seu fascinante País, que o «mar une, e não separa». Fisicamente, nossas afinidades poderiam ser explicadas ou simbolizadas pela providencial mediação do Atlântico, de cujas águas somos ambos beneficiários: nós, pelas amenizações do clima de nossa costa; e os noruegueses, inversamente, pela compensação do calor irradiante levado às suas longas e gélidas noites de inverno.

Mas, além desse traço físico de união, poderia V. Majestade perceber a estranha aproximação de temperamentos existente entre noruegueses e brasileiros, se tivesse tempo de verificar, em uma de nossas salas de concerto, a popularidade reveladora da música de Grieg, que não chegaria a tocar-nos tão profundamente se não houvesse entre nós uma identidade íntima, no modo de sentir as coisas e de conceber a vida. A difusão da literatura norueguesa entre nós, de Ibsen e Knut Hamsun, atesta igualmente a nossa vizinhança espiritual, tão importante quanto a de fronteira».

(Visita do Rei da Noruega — Brasília — 8 de setembro de 1967).

OBJETIVO DE ENGRANDECIMENTO NACIONAL

1. EM RELAÇÃO AOS QUAIS NÃO DEVE HAVER DESACORDO; APELO À UNIÃO

«Poderia haver divergências quanto aos caminhos a seguir — pois as diferenças de opinião e o debate livre são pressupostos do próprio regime democrático — mas não há lugar para desacôrdo quanto aos objetivos de engrandecimento nacional e de plena realização das potencialidades do homem brasileiro. Tais objetivos constituem compromisso solene com o nosso povo, em cujo exclusivo interesse fomos buscar inspiração.

Para a execução dessa política, conto com o apoio de todos os brasileiros, acima de quaisquer considerações partidárias. Com base nessa união, poderá o meu Governo realizar a diplomacia da prosperidade, cumprindo a missão histórica de valorizar o imenso patrimônio nacional que o Itamaraty tanto ajudou a construir».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

OBRAS DA REVOLUÇÃO NO NORDESTE

1. CONTINUARÁ NO SENTIDO DE INTEGRAR AS GLEBAS NORDESTINAS DENTRO DE ELEVADOS PADRÕES SOCIAIS

«Pernambucanos: Conterrâneos meus, como agora tenho o direito de chamar-vos. Podeis ficar certos de que estarei sempre convosco; de que continuarei a obra da Revolução, de integrar total e definitivamente estas glebas nordestinas, dentro dos mais elevados padrões sociais e econômicos que a vida nacional fôr alcançando; de que vos conheço bem a vós e a vossa terra; de que respeito vossa cultura, vossa tradição e as vossas qualidades de povo.

Contai comigo e ajudai-me no grande esforço do desenvolvimento! Redobrai de ímpeto e mobilizai tudo que, de boa vontade e de espírito de cooperação, vos fôr possível.

Juntos haveremos de conseguir para o Nordeste tôdas as benesses e felicidades de que é merecedor».

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

ORDEM E LIBERDADE

1. INTERDEPENDÊNCIA; PODE O POVO CONFIAR QUE ESSE SERÁ O EMPENHO DO GOVERNO

«A ordem é um pressuposto da liberdade. Mas não há ordem sem lei, e a essência do Estado reside no poder de impor a lei. E o povo brasileiro pode confiar em que o meu empenho constante e máximo será realizar um govêrno, no qual as aspirações de cada um venham a encontrar o seu instrumento de concretização. O imperativo da ordem corresponderá à vocação de liberdade do povo brasileiro».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

PACIFISMO E OBJETIVIDADE

1. TRADIÇÃO DE NOSSA POLÍTICA EXTERIOR; ASPIRAÇÕES DESSA POLÍTICA

«Essa tradição de objetividade e pacifismo será mantida. A política exterior de meu Governo refletirá, em sua plenitude, as nossas justas aspirações de progresso econômico e social, nosso inconformismo com o atraso, a ignorância, a doença e a miséria — em suma, a nossa decisão de desenvolver intensamente o País».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

PAGANDO PROMESSAS

1. QUANDO CANDIDATO CAPTOU NECESSIDADES E ANSEIOS E PROMETEU AOS PERNAMBUCANOS; TRAZ AGORA: SOLUÇÕES, DECISÕES E RESULTADOS

«Pernambucanos: quando aqui estive, na condição de candidato, nos contactos que convosco estabeleci, pude captar vossas necessidades mais prementes e vossos anseios mais justos. Senti-os. Relacionei-os e vos prometi empenhar-me, também, na busca de melhores dias.

Aqui estou! Volto, agora, já Presidente da República. Retornamos eu, e a minha dedicada equipe — grupo êsse que aqui está para vos servir. E, desta vez, não vos trouxemos apenas promessas: trouxemos equacionamento para os problemas básicos e, mais do que isso, trouxemos soluções e apresentamos decisões e resultados.

Quando o Governo retornar à Brasília, e fizerdes o balanço completo de vossa passagem, vereis o saldo positivo que vos deixamos e o acervo que vos trouxemos».

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

PALAVRA DE CONFIANÇA DO PRESIDENTE

1. COMO COMANDANTE SUPREMO DAS FÔRÇAS ARMADAS; RECONHECIMENTO DO ENTUSIASMO QUE AS ANIMA E SUA AÇÃO COMO FATOR DE TRANQUILIDADE

«Ao ensejo das comemorações da festa magna da nacionalidade, desejo dirigir aos Ministros de Estado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e, através deles, a todos os que integram essas três gloriosas corporações, a minha palavra de confiança e de entusiasmo, como Comandante Supremo das Fôrças Armadas.

Porque me cumpre o dever de orientar e de acompanhar o grande e fecundo trabalho que elas realizam, com grande devoção cívica, pela segurança e pelo progresso da Nação.

No seu patriotismo, no seu espírito de disciplina e no devotamento ao dever cívico e profissional que tem ditado as suas atitudes coletivas, é que repousa, em última análise, a segurança de que a Nação necessita para o seu livre desenvolvimento.

Conheço-as, nas suas grandezas e nas suas servidões, por ter vivido muito dentro delas e a seu serviço, e por testemunhar, hoje, com justo orgulho, no seu Supremo Comando, o entusiasmo que as anima, e a sua plena integração, como fator decisivo de tranquilidade e de ordem, e como fôrça insubstituível de desbravamento e de mobilidade social, no programa em que está empenhado o Governo para cumprir os verdadeiros e grandes objetivos da Revolução, com a conquista e o preparo do Brasil para dias mais felizes».

(Dia da Independência — Mensagem às Fôrças Armadas — 7 de setembro de 1967).

PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS

1. VALOR; ESCOLA DE CIVISMO E DE PREPARAÇÃO PARA A VIDA

«É de valor incalculável, para o Governo e para o País, o papel que desempenham, nesse alto sentido, as Fôrças Armadas do Brasil, com patriótico devotamento, na rudeza da vida do mar, na vigília indormida dos quartéis, nos empreendimentos de infraestrutura, nas bravas rotas aéreas de pioneirismo, nos centros de instrução e nas atividades logísticas, para prover a segurança e o desenvolvimento do Brasil.

Elas têm constituído, e ainda constituem, uma grande escola de civismo, de cidadania e de preparação para a vida, onde o homem brasileiro, sobretudo o de condição mais humilde, cumpre o seu maior dever para com a Pátria e ganha condições para conhecê-la, amá-la e servi-la melhor».

(Dia da Independência -- Mensagem às Fôrças Armadas — 7 de setembro de 1967).

2. CLASSE PRODUTORA DA SEGURANÇA NACIONAL; ESSA SEGURANÇA PROPORCIONANDO ESTABILIDADE POLÍTICA E SOCIAL

«Já disse, certa vez, e agora repito ao receber esta manifestação, que as Fôrças Armadas constituem uma das nossas classes produtoras. Elas produzem aquilo que mais vale, pois é a base sem a qual nada se poderia fazer de útil, ordenado e permanente: a segurança nacional. Com a segurança nacional garantida, temos a estabilidade política e social que garantirá ao Brasil a continuidade do esforço em favor de seu desenvolvimento.

De nada valeria o trabalho dos técnicos e a nada serviriam os planos, nem o próprio esforço dos governantes, se o País não estivesse tranqüilo: tranqüilo e firme como agora se encontra, permitindo que também trabalhem em tranqüilidade, apoiados pelos diferentes setores em que se divide e pelos quais se exprime a opinião nacional».

(Homenagem das Forças Armadas — Recife — 11 de agosto de 1967).

PETROBRAS

1. APOIO INTEGRAL DO GOVERNO; MANUTENÇÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL

«Apoiará integralmente a Petrobrás, assegurando-lhes os recursos necessários à consecução dos seus objetivos e mantendo o monopólio estatal, nos termos da lei».

(O Primeiro Dever -- 1ª Reunião Ministerial -- Brasília -- 16 de março de 1967).

PODERES DA REPÚBLICA

1. HARMÔNICOS, INDEPENDENTES E COMPLEMENTARES

«Não esquecerei que uma das formas de ser fiel ao povo é ser fiel aos seus representantes, que, nessa qualidade e por êsse elevado título, me elegeram Presidente da República.

O Poder Legislativo será, assim, objeto do mais alto respeito por parte do Executivo e nêle encontrará, invariavelmente, não uma forma de contraste na divisão das atribuições fundamentais dos Podêres da República, mas tão-sòmente uma das três faces dêsses Podêres, que, harmoniosa e independentemente, se completam com a figura do Judiciário, sem o qual falhariam a ordem e a paz, que têm sua origem na Justiça, a primeira das virtudes, no dizer do apóstolo São Paulo.

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

POLÍTICA DE CRÉDITO

1. NECESSIDADE DE AMPLIAR ESSE CONCEITO; INCLUSIVE O CRÉDITO ESPECIALIZADO PARA QUE POSSAM SER FINANCIADAS AS MATRIZES

«Devemos ampliar o conceito da política de crédito, inclusive o crédito especializado, aumentando de imediato os recursos de mobilização da rede bancária, para que, no vosso caso específico, possam ser financiadas as *matrizes*, e de modo a dar ao agricultor a possibilidade de comprar, para pagamento a prazos razoáveis, os instrumentos de seu trabalho — dos inseticidas e adubos que vão aumentar o rendimento da terra, ao trator que vai multiplicar a sua capacidade de produção».

(33ª Exposição-Feira Agropecuária de Uberaba — MG. — 3 de maio de 1967).

POLÍTICA DE TRANSPORTES

1. PREVISÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO; DIRETRIZES GERAIS

«A solenidade que se empresta ao presente ato é resultante natural da importância que lhe dá o Governo, no amplo contexto do nosso Programa Estratégico para o Desenvolvimento. Lá está inscrito, no Capítulo II, que o objetivo de maior vulto da política de transportes «será dotar o País de uma infra-estrutura adequada e garantir uma operação eficiente e integrada das várias modalidades de transporte».

Como desdobramento das diretrizes gerais a que se subordina a ação governamental, fixaram-se, na linha daquele objetivo, algumas diretrizes específicas, duas das quais nos interessam particularmente aqui: a adoção de providências para a expansão do Lóide Brasileiro; e a contínua renovação da frota, de modo a mantê-la em condições apropriadas de operação.

(Assinatura de contratos — Construção Naval — Brasília — 14 de setembro de 1967).

POLÍTICA ECONÔMICA

1. PROSSEGUIRA O COMBATE A INFLAÇÃO; CONCILIAÇÃO COM A INADIÁVEL NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO; REVIGORAMENTO DA EMPRESA PRIVADA; ESTÍMULO A ATIVIDADES QUE ABSORVAM GRANDE QUANTIDADE DE MÃO-DE-OBRA; AUSTERIDADE ADMINISTRATIVA

«Não será abandonada em meu Governo a linha de combate à inflação, que prosseguirá com determinação e energia.

Mas o Governo tudo fará por conciliar o controle da inflação com uma imperiosa e inadiável necessidade do desenvolvimento nacional. Cuidará, ainda, de revigorar o setor privado da economia, restabelecendo-lhe, tanto quanto possível, a capacidade de investimento; de fortalecer especialmente a empresa nacional, assegurando-lhe condições de competição; de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias de base; de incentivar a criação de empregos, mediante a elevação geral do nível de atividade econômica e estímulo às atividades, que absorvam grande quantidade de mão-de-obra.

Apoiará integralmente a Petrobrás, assegurando-lhe os recursos necessários à consecução dos seus objetivos e mantendo o monopólio estatal, nos termos da lei.

«Ao lado disso, recomendarei pessoalmente a mais severa economia em todos os gastos públicos, impondo critérios de austeridade a tudo quanto a administração houver de empreender».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

POLÍTICA EXTERIOR

1. NOSSA TRADIÇÃO SERÁ MANTIDA; ISSO NÃO SIGNIFICA QUE SEJAMOS INFENSOS A NOVAS MOTIVAÇÕES DE UM MUNDO EM MUDANÇA. ENERGIA NUCLEAR PARA O DESENVOLVIMENTO

«Temos uma política de tradição, da qual não nos afastaremos, evidentemente. Mas essa linha de tradição não se nos afigurou infensa a uma série de motivações novas, criadas por um mundo nôvo em mudança contínua, que impõe novos conceitos e novas atitudes em harmonia com a condição fluida e mutável da vida internacional.

O Governo conciliará os princípios tradicionais da nossa política exterior, que não poderão ser relegados a plano secundário e muito menos abandonados, com as condições da vida de relação de povo a povo.

Em primeiro lugar, entendo que a política externa do Brasil não poderá continuar a ser simples reflexo da nossa condição de País em desenvolvimento, mas deverá assumir a expressão dos anseios e aspirações de um país decidido a acelerar, intensamente, êsse desenvolvimento.

Assim, êsse conceito adquire força impositiva: a orientação da diplomacia brasileira há de ser sensível ao fato econômico, sem detrimento, é claro dos seus objetivos propriamente políticos, e da sua projeção cultural.

Os atos de comércio com o Brasil são acessíveis a todos os povos.

Entendidas em sua inteireza e complexidade, as soluções dos problemas do desenvolvimento constituir-se-ão em expressões condicionadoras da própria segurança nacional e da paz internacional.

Por outro lado, não podemos perder de vista, para os efeitos da ação internacional, um conjunto de fatores oriundos de nossa situação geográfica, do nosso estágio de desenvolvimento econômico e da nossa formação cultural: os vínculos naturais do Brasil com os seus vizinhos, com os países em via de desenvolvimento e com o mundo ocidental.

De outra parte, a nossa diplomacia deverá visar como objetivos, não só a conquista de recursos externos, senão também a maior soma de cooperação estrangeira, quer sob a forma de meios materiais, quer de auxílios técnicos, para propiciar intensa participação do Brasil na revolução científica e tecnológica dos nossos dias. Nesse contexto, a energia nuclear desempenhará um papel relevante e poderá vir a ser uma das mais poderosas alavancas a serviço do nosso desenvolvimento econômico. De outro modo, ainda não libertos de uma forma de subdesenvolvimento, iremos rapidamente afundando em uma nova e mais perigosa modalidade, que seria o subdesenvolvimento científico e tecnológico.

Em suma, nossa política internacional continuará a seguir a carta de guia da sua tradição, que «apontou, primeiramente e sempre, o rumo dos interesses do País, ou seja, da sua soberania».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

POLÍTICA INTERNA E INTERNACIONAL

1. PERFEITAMENTE DEFINIDAS E INTEGRADAS

«Integramos a política interna e a política internacional perfeitamente definidas em discursos que pronunciei nos primeiros vinte dias de Governo — numa linha coerente de atendimento dos interesses do País, rigorosamente mantidos os compromissos legais e morais que nos vinculam ao povo, dentro de nossas fronteiras como às nações que conosco trabalham pela permanência e pela universalidade dos princípios cristãos e democráticos».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

POLÍTICA NACIONAL DE AMPARO AOS PRODUTORES

1. PROMESSA, POR PARTE DO GOVERNO, DA IMPLANTAÇÃO DESSA POLÍTICA

«... que necessitam hoje, apenas, de uma política racional de amparo aos produtores para que atendam, neste setor, a tôdas as necessidades nacionais.

É justamente a implantação dessa política, antecipada em seus fundamentos no primeiro discurso que proferi perante o meu Ministério, que desejo anunciar-vos neste momento. A pecuária, graças à contribuição de vossa energia criadora e do vosso magnífico exemplo de resistência à rotina que imobiliza tantos outros setores, é uma das mais sólidas bases da economia nacional. Mas não cometerei o êrro de considerá-la isoladamente, como se a ela própria não interessasse o crescimento da agricultura e da indústria rural. Aqui mesmo, apesar de estarem reservados noventa por cento de vossas terras às pastagens onde continuam a se aprimorar os vossos rebanhos, produzis arroz, milho e feijão, não sendo desprezível o número dos que se dedicam também à cafeicultura».

(33ª Exposição-Feira Agropecuária de Uberaba — MG. — 3 de maio de 1967).

POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO

1. TRABALHO QUE EMPENHOU 3 MINISTÉRIOS; ABASTECIMENTO D'ÁGUA E ESGOTOS EM 20 ESTADOS

«Encaminhamos ao Congresso Nacional o projeto de lei que define a Política Nacional de Saneamento, trabalho em que se empenharam três Ministérios, dentro daquele princípio de que as Pastas, em meu Governo, não constituem compartimentos estanques, mas se interligam, para encarar os problemas brasileiros como tarefas comuns. Sistemas de abastecimento d'água, de esgotos e fossas, estão sendo construídos em 20 Estados».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967)

POLÍTICA NUCLEAR

1. SOBERANA E DEFINIDA PELO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

«Esboçamos, na Conferência de Punta del'Este, uma política soberana que viria a ser completamente definida pelo Conselho de Segurança Nacional, visando a abrir ao Brasil a perspectiva e os benefícios da Era Nuclear, sem excluir o entendimento e a cooperação com as grandes potências, principalmente com os Estados Unidos, com os quais tanto temos de comum e que tanto nos podem ensinar neste domínio. No desenvolvimento natural dessa política, assinei ante-ontem um Decreto que fornece a Comissão de Energia Nuclear os meios de controle efetivo das exportações de minerais atômicos».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

POPULORUM PROGRESSIO

1. SUA INFLUÊNCIA PARA OS PAÍSES MENOS FAVORECIDOS; O PRIMADO DA JUSTIÇA ENTRE OS POVOS

«Secretário de Estado de Sua Santidade João XXIII — de tão límpida e saudosa memória — e de seu sucessor excelso, Paulo VI, Vossa Eminência tem o nome intimamente ligado ao belo movimento interno que resultou na prevalência absoluta da filosofia cristã sobre sistemas ameaçadores das tradições do Ocidente. Na constituição pastoral «A Igreja no Mundo Contemporâneo», como na encíclica «Populorum Progressio», a Santa Sé enuncia os princípios básicos pelos quais passaram a se orientar os países menos favorecidos, cujo desenvolvimento é fator condicionante da erradicação da pobreza e da ignorância no mundo, vale dizer: da consolidação da paz em Cristo.

A larga perspectiva aberta pelo Sumo Pontífice a essa magna questão oferece o penhor de que a Igreja, com sua milenar experiência e com a inspiração divina que tem presidido à sua constante renovação, jamais deixará de porfiar pela equidade e pelo primado da justiça entre os povos, visando à redenção de todos os seres humanos».

(Recebimento da Rosa de Ouro — Brasília — 16 de agosto de 1967).

POSIÇÃO COM A EUROPA ORIENTAL

1. INTERCÂMBIO ECONÔMICO

«Na Europa Oriental, pretendemos expandir as bases do intercâmbio econômico, buscando participar, de forma crescente, das novas modalidades de cooperação que se delineiam nas relações entre os países socialistas e os do Ocidente».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 5 de abril de 1967).

POSIÇÃO DO BRASIL NA ÁFRICA E ÁSIA

1. NOSSOS LAÇOS; COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES

«Na África e na Ásia, tencionamos dar maior expressão às nossas afinidades e interesses. São tradicionais e significativos os nossos laços com o Japão e nos empenharemos pelo seu constante fortalecimento. Com os países menos desenvolvidos daqueles continentes, já está consagrada nos foros internacionais a ação conjunta para resolver os problemas de comércio e desenvolvimento. Procuraremos agora incrementar tal cooperação e estendê-la ao plano das relações bilaterais».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília — 15 de abril de 1967).

POSIÇÃO DO BRASIL NO BLOCO OCIDENTAL

1. FUNÇÃO DE SUA GEOGRAFIA, TRADIÇÃO E FORMAÇÃO CRISTÃ. PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO E COMÉRCIO COM TODOS

«Por força do condicionamento geográfico, coerente com as tradições culturais e fiel à sua formação cristã, o Brasil está integrado no mundo ocidental e adota os modelos democráticos de desenvolvimento. Estaremos, porém, atentos às novas perspectivas de cooperação e de comércio resultantes da própria dinâmica da situação internacional, que evoluiu da rigidez de posições, característica da «guerra fria», para uma conjuntura de relaxamento de tensões».

(Diplomacia da Prosperidade — Brasília 5 de abril de 1967).

POTENCIALIDADES NORDESTINAS

1. ENUMERAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E DAS QUALIDADES DO POVO

«Jamais vos subestimamos. Sabemos bem o que vós todos — os nordestinos — representais, no quadro da vida nacional, em termos de população, de mercado interno, de mão-de-obra valiosíssima e de potencialidades minerais. Conhecemos, também, as vossas qualidades de povo: o vosso valor, a vossa constância, pertinácia, a vossa energia, a vossa resistência e, sobretudo, o vosso patriotismo.

E tanto sabemos, e tanto conhecemos, que atribuímos elevada prioridade para os problemas de vossa área e escolhemos o Recife como um dos primeiros lugares para a instalação de nosso Governo, dentro do novo estilo que elegemos para dirigir este País».

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

PRESTANDO CONTAS

1. OS 6 PRIMEIROS MESES DE GOVERNO

«Dei à nossa segunda entrevista o caráter de uma prestação de contas. Os Senhores, além do direito de acesso às fontes de informação, foram convocados para que o chefe do Govêrno tomasse a iniciativa de sumariar, pessoalmente, as atividades da Administração nos seus primeiros seis meses, colocando ao alcance de todos — com o respeito e a probidade que se devem aos fiscais — os elementos necessários a uma apreciação objetiva do que fizemos neste meio ano de trabalho, para corresponder às nossas responsabilidades, à expectativa e aos anseios mais profundos da Nação».

(Prestação de contas de 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

PRÍNCIPES DO JAPÃO

1. FELICIDADE DOS BRASILEIROS EM RECEBÊ-LOS; SUAS PESSOAS REPRESENTANDO A CONSCIÊNCIA NACIONAL JAPONÊSA

«Irmanados por sentimentos de cordial afeto e simpatia, consideramo-nos felizes em poder oferecer a hospitalidade de nossa terra aos nobres representantes de uma estirpe, cuja dinastia reina há mais de dois milênios sôbre o Império do Sol Nascente.

Sintetizando em sua juventude a pujança da grande e laboriosa raça japonesa, Vossas Altezas Imperiais são, a um tempo, o símbolo da unidade política e de consciência nacional. Representam a alma nipônica, inspirada por um espírito de bravura, servido pelos preceitos da ética, segundo a fórmula venerável: «Yamato damashii».

(Visita do Príncipe Japonês — Brasília — 22 de maio de 1967).

PROBLEMAS DO NORDESTE

1. CONTINUARÃO A PREOCUPAR O GOVERNO. ENUMERAÇÃO. ESFORÇO PARA ELIMINAR OS DESNÍVEIS

«Sempre nos preocuparam e continuarão sempre a nos preocupar, os problemas do Nordeste. Essa foi uma bandeira que a Revolução levantou e manterá de pé. A Revolução tomou conhecimento dos desníveis existentes entre as diversas regiões do Brasil: desníveis de renda e de condições de vida; desníveis de desenvolvimento; desníveis no setor das atividades primárias e secundárias. A Revolução, através dos seus 1.º e 2.º governos, esforçou-se para corrigi-los e está pugnando, entusiasticamente, para eliminá-los. Porque a Revolução não há de faltar à cerca de 30 milhões de brasileiros dignos, que de há muito, vêm suportando as dificuldades climáticas e o esquecimento dos maus governos».

(Recebimento Cidadania Pernambucana — Recife — 12 de agosto de 1967).

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO

1. LEVANTAMENTO DE POSSIBILIDADES E NECESSIDADES. AFIRMAÇÃO DE QUE OS PLANOS SERÃO SEGUIDOS À RISCA, RESULTADOS QUE SERÃO ALCANÇADOS

«Crédito de confiança para esperar os resultados das providências governamentais. Com menos de cinco meses da nossa posse, não nos seria possível apresentar maior saldo de realizações. A obra do governo não é rápida como um passe de mágica. Mas já fizemos um levantamento preciso das nossas possibilidades e das nossas necessidades, com a supervisão geral do Ministério do Planejamento e com a participação direta de todos os Ministérios e órgãos descentralizados da União, foi feito e aprovado um completo Programa Estratégico de Desenvolvimento, o qual constitui o complexo de diretrizes do Governo para a colimação dos altos objetivos a que já me referi. Este Plano será seguido à risca, executado em todos os seus setores, e dêle, estou certo, se originarão muito brevemente os primeiros frutos, iniciando-se assim uma nova era de prosperidade.

Compromisso de participação efetiva para dar sua contribuição no esforço comum; só pelo trabalho de todos logramos aumentar os níveis da nossa produção, tanto na indústria como na agricultura; lograremos fazer do comércio aquele valioso agente da circulação da riqueza, lograremos dar aos transportes a eficiência sem a qual se perdem safras e se aniquilam esperanças; lograremos, enfim, colocar o país na posição de destaque que lhe cabe no mundo contemporâneo».

(Homenagem dos Trabalhadores — Recife — 12 de agosto de 1967).

PROPÓSITO BRASILEIRO EM PUNTA DEL ESTE

1. COOPERAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA, NO CONTINENTE

«O Brasil comparece a Punta del Este com o propósito de oferecer cooperação e de contribuir para eliminar de nossos países condições imerecidas e incompatíveis com a dignidade do homem».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta del Este — 12 de abril de 1967).

PUNTA DEL ESTE

1. NA REUNIÃO DE PRESIDENTES, ESTARÃO EM PAUTA A MODERNIZAÇÃO DA VIDA RURAL E O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA

«Os presidentes dos países Americanos que lá se reunirão nos próximos dias 12, 13 e 14 do mês em curso, debaterão, com especial destaque, o assunto titulado:

«Modernização da vida Rural e Aumento da Produtividade Agropecuária», principalmente de alimentos.

Adiantarei, nesta oportunidade, aos homens do campo do meu País, matéria referente à Agricultura, proposta pelos Ministros de Relações Exteriores dos países Americanos, na Conferência de Buenos Aires, em fevereiro dêste ano.

Faz parte êste Capítulo da proposta de declaração a ser feita pelos Presidentes, em Punta del Este e terá, possivelmente, o teor seguinte:

«Com o objetivo de promover a elevação dos níveis de vida dos trabalhadores no campo, o melhoramento das condições da população rural latino-americana e sua plena participação na vida econômica e social, necessário se torna imprimir maior dinamismo à agricultura da América Latina, baseado em programas integrais de modernização, de colonização e de reforma agrária, quando o requerem os países».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

QUESTÃO DO CAFÉ

1. DEFESA DOS INTERESSES BRASILEIROS EM LONDRES

«Acabamos de defender, em Londres, os interesses nacionais pendentes da questão do café, com a mesma seriedade e serena energia com que tomamos posição na velha questão dos fretes, de cuja importância o povo começa a tomar conhecimento, depois de muitos mandatos presidenciais escoados na inércia ou prejudicados pelo radicalismo».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

QUESTÃO DOS FRETES

1. DEFESA DOS INTERÊSSES NACIONAIS

«Acabamos de defender, em Londres, os interesses nacionais pendentes da questão do café, com a mesma seriedade e serena energia com que tomamos posição na velha questão dos fretes, de cuja importância o povo começa a tomar conhecimento, depois de muitos mandatos presidenciais escoados na inércia ou prejudicados pelo radicalismo».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

REFORMA ADMINISTRATIVA

1. BATALHA CONTRA A BUROCRACIA, CENTRALIZAÇÃO E CRESCIMENTO DESMESURADO DA MÁQUINA ESTATAL

«O Governo utilizará a oportunidade que lhe é oferecida pela lei de Reforma Administrativa para dar início a um vigoroso processo de dinamização da administração federal. Embora consciente de que se trata de problema cuja solução definitiva só poderá ser alcançada a longo prazo, através de um processo gradativo a ser cumprido por etapas, o Governo pretende realizar substancial avanço na batalha contra a burocracia, a centralização executiva e o crescimento desmesurado da máquina estatal».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

2. INICIADA, VIGOROSAMENTE, EM TÔDAS AS PASTAS

«Iniciamos, vigorosamente, em tôdas as Pastas, a implantação da Reforma Administrativa, uma das condições de êxito dos esforços orientados para o desenvolvimento».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

REFORMA AGRÁRIA

1. MÁ-FÉ DE CERTOS DEMAGOGOS; O QUE TEM DE SER; CRÉDITO AO AGRICULTOR

«Ainda de vós, nesta oportunidade, recebo incentivo para falar de um dos itens da Declaração de Punta del Este que mais controvérsia suscita em nossa atormentada América Latina. Refiro-me à reforma agrária. A contemplação do mapa econômico de Uberaba, como do Triângulo Mineiro de um modo geral bastaria para demonstrar a má-fé e a falta de seriedade com que os propagandistas dessa reforma a desvirtuaram em dias muito recentes entre nós, fazendo dela, pura e simplesmente, sinônimo de divisão e distribuição de terras. A modernização da vida rural exige reformas, sim; mas reformas que nem sempre, ou muito raramente, implicariam alteração do conceito de propriedade da terra. Teremos de reformar, antes de tudo, a estrutura dos nossos serviços oficiais, dinamizando-os para que ofereçam ao lavrador e ao produtor agrícola condições para um trabalho fecundo, criador de empregos no campo e garantidor dos encargos trabalhistas. Devemos ampliar o conceito da política de crédito, inclusive o crédito especializado, aumentando de imediato os recursos de mobilização da rede bancária, para que, no vosso caso específico, possam ser financiadas as *matrizes*, de modo a dar ao agricultor a possibilidade de comprar, para pagamento a prazos razoáveis, os instrumentos de seu trabalho — dos inseticidas e adubos que vão aumentar o rendimento da terra, ao trator que vai multiplicar a sua capacidade de produção.

«Prefiro dizer-vos coisas simples e objetivas a anunciar planos de reforma cuja ambição não encontraria correspondência nas condições gerais do País, e, portanto, não corresponderia também

às vossas necessidades. Levo daqui a certeza de vossa compreensão, além do estímulo que para o homem de govêrno representam os frutos de vossa iniciativa particular, tão bem representados na magnífica Exposição que tenho a honra de declarar inaugurada».

(33ª Exposição — Feira Agropecuária de Uberaba — MG. — 3 de maio de 1967).

RELAÇÕES COM O JAPÃO

1. JÚBILO PELA INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS, ENTRE NOSSOS PAÍSES; AGRADECIMENTO PELA CONTRIBUIÇÃO DO EMIGRANTE JAPONÊS

«Ao manifestar o júbilo com que assisto à crescente intensificação de nossas relações políticas, econômicas e culturais, testemunho de uma colaboração pacífica entre nossos povos, mais do que reiterar fórmulas cortezas de acolhimento ou enaltecer, em votos convencionais, nossa amizade recíproca, desejo expressar a Vossas Altezas e aos ilustres membros de sua comitiva, o genuíno sentimento de gratidão do povo brasileiro pela edificante e exemplar contribuição do emigrante japonês à nossa comunidade».

(Visita do Príncipe Japonês — Brasília — 22 de maio de 1967).

RESSURREIÇÃO DA NAVEGAÇÃO

1. CUMPRIMENTO DE PROMESSAS, SITUAÇÃO DO LLOYD

«Iniciamos o cumprimento da promessa que fiz, perante a imprensa, na primeira entrevista coletiva, quando me referi à necessidade de fazer ressurgir a navegação fluvial. Recuperamos o Lóide Brasileiro, de tal modo, que já em 1968 não precisaremos subvencioná-lo. Partimos para a ampliação da nossa frota mercante, aplicando simultaneamente uma política racional e firme de recuperação e reaparelhamento dos portos. Ainda ontem assinei contratos para a construção de mais 24 navios, ensejando a revitalização de nossa indústria naval e do parque siderúrgico brasileiro, no mesmo passo que se abrem numerosas frentes novas de trabalho para milhares de famílias».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

REVOLUÇÃO

1. QUE NÃO É UM MOVIMENTO RETRÓGRADO

«Os que afirmaram ser a revolução de 1964 um movimento retrógrado, talvez pelos equívocos do tumulto natural dos primeiros dias, hão de verificar nos próximos anos que nós a levaremos à vitória, animados pela vontade de despertar e arejar a consciência nacional, então perplexa ante a palavra dos que pregavam reformas sem as desejar, fazendo delas, apenas, o instrumento da realização de obscuros desígnios, felizmente identificados a tempo no processo subversivo, que por pouco não entregou o País à desordem irremediável».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

2. SUAS CONQUISTAS, TIRANDO-NOS DO ABISMO; SITUAÇÃO ATUAL; RESTAURAÇÃO DA INTEGRIDADE NACIONAL

«Verdadeiramente sensibilizado, acabo de ouvir a brilhante saudação de um velho camarada, do velho companheiro daquela noite de 31 de março para 1.º de abril. Dá-nos êle um depoimento radioso, que me enche de orgulho e emoção. A memória do povo costuma ser fraca e é muito bom, General Souza Aguiar, que rememoremos aquelas horas de ansiedade, para podermos avaliar melhor o que fizemos depois da Revolução.

«Lembre-mo-nos de que tudo conquistamos e de que conseguimos recuperar, sem apêlo à violência, longos e preciosos anos de maus governos e de usurpação; usurpação que quase nos conduz ao desequilíbrio total, levando o País àquele tão proclamado abismo, a cuja beira chegamos, de fato, a nos encontrar, arrastados pela insensatez e pela falta de patriotismo que violentavam o nosso

destino natural. Agora não estamos à beira do abismo. Ao contrário, pisamos em terreno sólido, rochoso e seguro, que facilitará nossa caminhada para um futuro certo, para um progresso garantido, para realizações positivas em benefício do nosso povo.

A restauração da integridade nacional, através de medidas que muitas vezes se apresentaram como desumanas mas eram indispensáveis, foi o primeiro fruto da Revolução. Sòmente a Revolução tinha capacidade e condições de obtê-la, para a salvação do País».

(Homenagem das Forças Armadas — Recife — 11 de agosto de 1967).

ROSA DE OURO

1. SUA CONCESSÃO DUAS VÊZES, EM MENOS DE UM SÉCULO, CONSAGRA OS BRASILEIROS

«Se a concessão da Rosa de Ouro ao nosso País pela segunda vez em menos de um século — consagra o aprêço filial que merecemos da Santa Sé, o fato de haver sido Vossa Eminência o portador daquele alto símbolo ainda mais o valoriza aos nossos olhos e acrescenta aos nossos espíritos um motivo de desvanecimento. Pela primeira vez, nos fastos da Igreja, designa o Soberano Pontífice, como emissário pessoal, o próprio Secretário de Estado do Vaticano, que neste momento, e neste caso, acumula o privilégio de ser o colaborador imediato do Santo Padre e a graça, recebida de Deus, de ser uma das inteligências mais lúcidamente votadas à universalidade de nossa Religião».

(Recebimento da Rosa de Ouro — Brasília — 16 de agosto de 1967).

ROTINA

1. URGE ACABAR COM ELA PARA RENOVAR O PAÍS

«Urge renovar o País, sacudi-lo dos ócios e da mediocridade rotineira que o anestesiam há tantos anos, para conduzi-lo a acertar o passo com as nações que já desfrutam plenamente os benefícios da ciência e da tecnologia».

(Discurso em Londrina — 9 de abril de 1967).

SACRIFÍCIO

1. PARA OS BENEFÍCIOS DO AMANHÃ

«Tenho de pedir sacrifícios hoje, a fim de oferecer benefícios amanhã. Não poderei, como não poderá ninguém, deter, de pronto e de todo em todo, o processo de erosão que vinha destruindo, havia cerca de trinta anos, os tecidos nobres do organismo nacional.

Apelo para o homem com o intuito de melhor servir ao homem».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

SALVAÇÃO DO NORDESTE

1. COMO SALVAÇÃO NACIONAL; PAPEL NA INTEGRAÇÃO DO PAÍS

«Salvar o Nordeste, é, portanto, salvar o Brasil. Resolver um problema nordestino é dar solução a um problema nacional. O Governo da República esteve aqui instalado durante uma semana e volta à sua sede constitucional, em Brasília, com um numeroso elenco de atos, projetos, convênios e medidas práticas, a cujo conjunto se poderia fazer a restrição única de só tratar de questões nordestinas. Nacionais, entretanto, no sentido mais profundo da expressão, devem ser elas consideradas, porque visam — no fundo e mais além do significado estrito de cada uma — à integração do País, à recomposição efetiva da Federação, à solidez do sistema republicano, ao desenvolvimento do Brasil como um todo sagrado, e, enfim, à perenidade dos princípios democráticos».

(Encerramento das atividades do Governo no NE — Recife — 12 de agosto de 1967).

SAÚDE

1. O GOVÊRNO INTENSIFICARÁ TODOS OS PROGRAMAS; ME- RECERÁ PRIORIDADE

«O Govêrno intensificará, por todos os meios, os programas de preservação e recuperação da saúde; promoverá a melhoria, modernização e aumento da rêde hospitalar do interior e combaterá as endemias em todo o território nacional.

Aos programas de saúde, como aos de educação, o Govêrno emprestará fôrça prioritária, tanto em razão do seu sentido imediatamente humano como por fôrça das suas repercussões no processo do desenvolvimento nacional.

Em correlação com o programa geral de saúde, acelerará a execução do programa de habitação e de alimentação».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

SEGUROS

1. SOLUÇÃO CONDIZENTE COM OS INTERESSES NACIONAIS

«Afastados da fúria estatizante e voltados, ao contrário, para o objetivo geral de revigorar os setores privados de nossa economia, tivemos autoridade para dar ao problema dos seguros de acidentes uma solução adequada aos interesses da Previdência Social e, portanto, dos trabalhadores».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

SETOR HABITACIONAL

1. FOI ATACADO COM GRANDE VIGOR; 11.500 NOVAS RESIDÊNCIAS

«Atacamos com força o setor habitacional, já estando autorizados empréstimos iniciais no valor de 775 milhões de cruzeiros novos, para o financiamento de 11.500 novas residências, cujo custo total deverá atingir a cifra de 1 trilhão e 180 bilhões de cruzeiros antigos».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

SETOR PRIVADO

1. SUA REVIGORAÇÃO

«Afastados da fúria estatizante e voltados, ao contrário, para o objetivo geral de revigorar os setores privados de nossa economia, tivemos autoridade para dar ao problema dos seguros de acidentes uma solução adequada aos interesses da Previdência Social e, portanto, dos trabalhadores».

(Prestação de contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

SÍNTESE DE IDEAIS

1. DEMOCRATICOS E REVOLUCIONARIOS; RESTABELECIMENTO DO REGIME TRADICIONAL E DOTANDO O GOVERNO DE INSTRUMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM

«Como lograremos conformar e congraçar as duas faces de que a má-fé classificou de antinomia insolúvel — Democracia e Revolução?

Antes de tudo, acentuarei que já não se trata de optar entre Democracia e Revolução, mas de efetivar uma síntese entre os ideais de uma e as realizações da outra, sem as quais aquela haveria passado a ser apenas expressão histórica de um regime político perecido. Sòmente a ignorância, que é irresponsável; a má-fé, que independe de convicções; a demagogia, que é «desde os tempos mais remotos o inimigo interno das sociedades livres»; e a impossível restauração, que é quimera de uns poucos, podem admitir a hipótese de uma opção entre o complexo de conquistas espirituais, morais e materiais da Revolução, e um regime sob o qual pátria deixaria de existir, autoridade e ordem seriam substituídos pela tirania.

O País já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada a esta hora nacional, graças à clarividência e ao esforço pessoal do Presidente Castello Branco, e à diligência e ao patriotismo do nosso Congresso. Restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Govêrno dos instrumentos indispensáveis à manutenção da ordem, da tranqüilidade e da paz pública, a nova lei básica afirmou o princípio da autoridade e realizou sàbiamente a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

SOLIDARIEDADE CONTINENTAL

1. NECESSIDADE DE SUPERAR O EGOÍSMO E DE TER FÉ E DEVOÇÃO

«As aspirações de progresso, de liberdade e de paz não podem depender do simples apêlo à razão ou a motivações materiais. É indispensável superar o egoísmo, ter fé em nossos destinos, devoção aos nossos objetivos. Esses, os fundamentos da verdadeira solidariedade continental, que o Brasil espera alcançar, mercê de Deus, com a determinação de seu povo e a cooperação das pátrias irmãs do Hemisfério».

(Sessão Inaugural da Conferência de Punta del Este — 12 de abril de 1967).

SUDENE

1. CONVERTENDO-SE NO FÓRO POLÍTICO DAS ASPIRAÇÕES NORDESTINAS

«Por um conjunto de circunstâncias felizes, foi escolhida a sede da SUDENE para a declaração, que ora faço, de encerramento das atividades do Governo Federal no Nordeste. Responsável pela criação de nova mentalidade, que passou a presidir e acionar o trabalho dos que se dedicam à nobilitante tarefa de recuperar esta região e integrá-la no processo de desenvolvimento do país, a SUDENE converte-se agora no fóro político das aspirações nordestinas; e como que se oferece para testemunhar a sinceridade dêste pronunciamento».

(Encerramento das Atividades do Governo no NE — Recife — 12 de agosto de 1967).

TRABALHADORES

1. O GOVERNO MANTERÁ DIALOGO COM ELES E PROCURARA ATENDER AOS SEUS JUSTOS RECLAMOS

«Um dos deveres que este Governo se imporá é dialogar com os órgãos das classes trabalhadoras, ouvir, examinar e atender, sempre que possível, os seus reclamos; identificar as reivindicações do operário com as necessidades básicas da família brasileira; manter as questões sindicais na sua ordem natural, naquela faixa de ação de que resulta uma correspondência clara e lógica de interesses entre os governantes e governados, a qual se exprime em trabalho, produtividade e progresso econômico, a fim de que, em vez de um clima de manobras políticas, reine uma atmosfera de honestidade de propósitos, de boa-fé, de entendimento cordial e patriótico e, principalmente, de mútuo respeito.

Em suma: os esforços governamentais se nortearão no sentido de prevenir os desentendimentos entre as várias classes sociais, entre si, e entre elas e o Governo, para o efeito de evitar a cisão de que se origina o conflito, e, ao contrário, integrá-las em um todo sólido e coerente, que, unido ao Governo e por ele assistido, continua a ser uma das formas básicas da nacionalidade».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

TRABALHO E DIALOGO

1. RAZÃO DA TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO PARA O RECIFE

«Tenho na mais alta conta o trabalho; só por êle se dignifica e enobrece o homem. E é para homenagear o trabalho que aqui estou. Para isso e para um contato mais longo com os trabalhadores do Nordeste, que bem representais, e para a continuação de um diálogo que venho mantendo sempre que posso, com os brasileiros de tôdas as classes, diálogo proveitoso para quem tem as responsabilidades do Govêrno, pois só o debate franco e direto pode originar as verdadeiras soluções.

Falei em trabalho e em diálogo. Foi exatamente para trabalhar e para dialogar que me transferi esta semana para o Recife, acompanhado de todos os Ministros e de meus auxiliares diretos na administração. Sem jactância vos digo que foram dias de trabalhos intensos, mas dias que me encheram de plena alegria pelos excelentes resultados que pudemos colher».

(Homenagem dos Trabalhadores — Recife — 12 de agosto de 1967).

TRABALHO DO MINISTÉRIO

1. O ESPÍRITO DE EQUIPE, EXPLICANDO OS RESULTADOS OBTIDOS EM TÃO CURTO PRAZO

«Orgulho-me, na humildade com que me conduzo na Presidência (humildade imposta pela grandeza das questões diariamente levadas ao nível da decisão do Chefe de Estado), orgulho-me de haver conseguido compor um Ministério como quem faz uma equipe de trabalho e de mantê-lo íntegro, quero dizer: sòlidamente ligado pelo espírito de unidade que desde o primeiro dia procurei comunicar-lhe, para que não nos perdessemos pelos descaminhos do individualismo inconseqüente, esquecidos de que a Nação reclama de nós um esforço conjugado, uma ação coerentemente orientada para a solução harmoniosa de seus múltiplos problemas.

Atribuo a essa circunstância o extraordinário rendimento que conseguimos obter do conjunto dos órgãos governamentais nestes primeiros seis meses, durante os quais adotamos medidas concretas, tomamos decisões firmes e fixamos posições importantes que já se encontravam na faixa de nossas cogitações a 15 de março, mas que em outras condições teriam de cobrir, possivelmente, a metade do mandato presidencial».

(Prestação de Contas do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, ENERGIA

1. OS INVESTIMENTOS PROSSEGUIRÃO

«Prosseguirão até o limite dos recursos especificamente disponíveis os investimentos destinados a reaparelhar a marinha mercante, corrigir-lhe falhas e defeitos fundamentais, melhorar os portos, completar o plano rodoviário, bem como o ferroviário; a restabelecer o sistema de transportes por via aquática; a completar a execução dos planos de comunicações e energia, e estimular a ação dos organismos regionais».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

UNIÃO

1. PARA A TAREFA COMUM

«Mais do que uma convicção administrativa ou um pensamento de governo, trago ao coração do povo um caloroso, um profundo sentimento de compreensão e fraternidade, capaz, pela sinceridade de sua força, de realizar o conagraçamento de todos os brasileiros para o cumprimento da desmedida tarefa comum. Nenhum homem fez jamais um governo. Nenhum governo faz uma nação. O que faz a nação é o povo.

Embora da circunstância política defluam os pressupostos da paz e da tranqüilidade pública, e dessa paz e dessa tranqüilidade se originem, por sua vez, os pressupostos de qualquer ação administrativa enérgica, contínua e eficaz, não intento, com êsse propósito de conagraçamento e unidade, solicitar qualquer apoio incondicional ao Governo, que, longe de esperar unanimidade de consenso às suas diretrizes e à sua ação, acolherá de bom ânimo tôdas as críticas que se formularem com o intuito da colaboração sincera. A ARENA, que me elegeu — para honra minha — Presidente da República, proporcionará ao Governo a solidez da base parlamentar de que necessita para executar a sua missão.

Êsse sentimento de compreensão e fraternidade, que afirmo ao povo brasileiro, não esconde subterfúgio demagógico. O que me move é, tão-só, a aspiração de procurar e encontrar na alma do povo ressonância para tudo aquilo que, em sua intenção e benefício, almejo realizar.

Tenho de pedir sacrifícios hoje, a fim de oferecer benefícios amanhã. Não poderei, como não poderá ninguém, deter, de pronto

e de todo em todo, o processo de erosão que vinha destruindo, havia cêrca de trinta anos, os tecidos nobres do organismo nacional.

Apelo para o homem com o intuito de melhor servir ao homem».

(O Primeiro Dever — 1ª Reunião Ministerial — Brasília — 16 de março de 1967).

UNIDADE NACIONAL

1. MILAGRE CONSEGUIDO PELA GENTE LUSA; O POVO BRASILEIRO

«O milagre maior foi o da unidade do nôvo império conseguida e conservada pelo gênio político português. Não há discutir que a unidade da língua e a unidade da fé contribuíram poderosamente para o feito maravilhoso. Êsses dois elementos, entretanto, não bastariam por si sós para realizá-lo. A prova têmola na fragmentação do majestoso império espanhol no mesmo hemisfério, a despeito de sua unidade inicial por meio dos nexos da mesma língua e da mesma fé cristã.

Essa unidade haveria sido impossível, se a ela não tivesse presidido uma profunda força espiritual, capaz de estabelecer um sentimento geral, uma força comum de alma e de coração, um ideal único que acabaram por achar expressão sincrética nos instrumentos intelectuais do gênio político.

Essa mesma unidade de sentimento é que imprime autenticidade ao ato pelo qual o governo português e o governo brasileiro consagram o dia de hoje como o dia da comunidade luso-brasileira. Um conjunto de idéias, ideais, hábitos, costumes, gestos, indiossincrasias, sensibilidade de espírito e coração criou um estado de alma comum a brasileiros e portugueses, que varou quatro séculos, os fez irmãos, perdura e perdurará.

«Em verdade somos um só povo em sangue e espírito. A ecologia sul-americana imprimiu, naturalmente, certas características diferentes à nossa *psyche* nacional. Da mesma forma, numa só e mesma família, os filhos podem divergir, na tez, na cor dos olhos, na compleição, na voz. Todos guardam, porém, o mesmo ar familiar, as mesmas tendências, o mesmo sentido de identidade profunda».

(Comunidade Luso Brasileira — Brasília — 22 de abril de 1967).

VALE DO RIO DOS SINOS

1. ONDE SE ENCONTRA UMA DAS MAIORES E MAIS DIVERSIFICADAS CONCENTRAÇÕES INDUSTRIAIS DO PAÍS

«Neste vale do Rio dos Sinos, como em Londrina acentuei recentemente, em outro sentido, a expressividade do exemplo da prosperidade do Norte do Paraná, poder-se-ia apontar uma redução razoável da imagem do Brasil, tal qual desejamos vê-la projetada, em grande, no futuro. Aqui se encontra uma das maiores e mais diversificadas concentrações industriais do País. E, não por acaso, depara-se também aqui uma de nossas mais harmoniosas paisagens humanas. Paralelamente à indústria do couro prosperam vários outros ramos da atividade industrial, abarcando a siderurgia, a mecânica, a metalurgia, a química, a produção têxtil e de materiais de transportes, de cimento e gêneros alimentícios. Esse grande complexo industrial, constituído, em sua maioria, de pequenas e médias empresas, nas quais os dirigentes de hoje são os operários que trabalharam ontem pela sua consolidação, permitiu ao Vale do Rio dos Sinos dar a seus habitantes garantia de emprego permanente e condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana».

(Feira Nacional do Calçado — RGS. — 29 de abril de 1967).

VALORES PSICOSSOCIAIS

1. CRESCIMENTO DA FÉ NO HOMEM DO NORDESTE; RAZÕES, RECONHECIMENTO DO VALOR DOS NORDESTINOS

«Cinco dias de contato direto com alguns dos núcleos mais autenticamente representativos da população do Nordeste fizeram crescer em mim a fé no homem que superou os fenômenos climáticos, resistiu à tentação dos demagogos e suportou o flagelo de governos insensatos, para preservar como se conscientemente guardasse um tesouro, os traços mais definidores da civilização brasileira. Os valores mais caros de nossa cultura nacional, naquilo que ela tem de mais profundamente revelador de nossa unidade, aqui se revelam na fala do povo, nas manifestações de seu folclore, na inventiva de seus romancistas e na importância da obra reveladora de seus sociólogos».

(Encerramento das atividades do Governo no NE. — Recife — 12 de agosto de 1967).



VIDA SINDICAL

1. LIBERAÇÃO DOS SINDICATOS SOB INTERVENÇÃO

«Liberamos a vida sindical, de cujos órgãos apenas 83 se encontram sob intervenção, quando é sabido que até o advento dêste Governo — por imposição das necessidades revolucionárias — as intervenções chegavam a somar 425».

(Prestação de conta do 1º Semestre — Brasília — 15 de setembro de 1967).